

# VI Semana de Estudos dos Problemas Mínero-Metalúrgicos do Brasil

## 3.a SESSÃO

DATA — 28 de abril de 1954.

LOCAL — Instituto de Engenharia de São Paulo.

ASSUNTO — «O FUNDO DE ELETRIFICAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA».

CONFERENCISTA — Eng. Henrique Anawate.

PRESIDENTE DA SESSÃO — Dr. Romulo Almeida.

ORIENTADOR DOS DEBATES — Eng. Alberto Pereira de Castro.

## ABERTURA DA 3.a SESSÃO

ISAAC BEREZIN — Ao abrir os trabalhos desta noite cujo tema é o Fundo de Eletrificação e o Desenvolvimento da Indústria Metalúrgica, queremos agradecer a presença do Eng. Henrique Anawate, não só como conferencista, mas também como sócio fundador do C.M.R. e o primeiro presidente desta entidade. Salientamos ainda ter sido o conferencista o idealizador destas Semanas de Estudos.

A seguir desejo agradecer a presença do Dr. Romulo Almeida a quem tenho a honra de passar a presidência da mesa.

DR. ROMULO ALMEIDA — Tenho o prazer de convidar para participarem da mesa o Dr. Alberto Pereira de Castro, orientador dos debates, o Eng. Henrique Anawate, conferencista, o Exmo. Sr. Senador Othon Maeder, o Eng. Argemiro Couto de Barros, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o Exmo Sr. Gal. Macedo Soares, o Sr. Comandante Lucio Martins Meira, presidente da sub-comissão de Jeeps, tratores, caminhões e automóveis, o Tenente Coronel Nelson Mesquita Miranda, representante do Estado Maior do Exército, o Cap. de Fragata Carlos Alberto Perez Paquet, representante do Conselho de Segurança Nacional, o Dr. Luiz Leisegnem de Faria, diretor da Escola de Engenharia da Universidade do R.G.S., e o Dr. Miguel de Carvalho Dias, Vice-Presidente da Cia. Brasileira de Alumínio.

Meus senhores, é com particular satisfação que volto a esta casa, atendendo a mais um amável convite do C.M.R. Vim diretamente de Fortaleza, para prestar, como devo, a homenagem de um técnico e de um brasileiro, a um empreendimento de tamanha envergadura, como é êste que se documenta nestas Semanas de Estudos. E' preciso vir a São Paulo, é preciso estar numa Semana de Estudos do C.M.R., para acreditar mais no País. Há um Brasil que trabalha, longe das repercussões públicas, longe do clima de agitação, de recriminações, de clima inquieto em que o Brasil se consome e prejudica muitas das suas energias.

Aquí encontramos um clima, pelo contrário, de estudo, de debate, um clima essencialmente construtivo, não fosse esta Casa uma casa de Engenheiros. Para aqueles que não se deixam perturbar pela confusão, que aliás vem sendo uma tradição da

vida nacional, realmente é satisfatório encontrar esta ilha de segurança, esta ilha de trabalho construtivo. Com estas palavras, dou a palavra ao Eng. Henrique Anawate, para fazer sua exposição.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Quero agradecer as palavras do presidente deste Centro e também dizer que, quando estudante, todo nosso esforço foi para que o CMR se desenvolvesse dentro de uma orientação sadia. Hoje nos orgulhamos do alto conceito e prestígio grangeado pelo CMR em todo país e é com satisfação que relembramos os esforços de todos os colegas e colaboradores das primeiras horas, dos rapazes que posteriormente passaram da Politecnica e os que hoje aqui estão fazendo o máximo para o brilho desta Semana de Estudos. E ainda, para o êxito do C.M.R., contribuíram decisivamente, os professores da Escola Politecnica de S. Paulo, os membros do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e elementos do D.N.P.M. que desde o início emprestaram o máximo apóio á esta iniciativa. Amigos todos de Moraes Rego que souberam através deste centro, honrar sua memória, um nome entre todos devemos citar: é o de Benjamim Abrahão, que repentinamente faleceu no ano de 1953, quando atendia solicitação para observação de algumas ocorrências minerais, no município de Franca. Benjamim desde os primeiros momentos do CMR, salientava-se como dos mais eficazes colaboradores em todos os setores, biblioteca, boletim, e organização dos debates. A êle rendemos nossas homenagens.

Para maior facilidade foram distribuidos impressos, contendo dados numéricos relativos ao tema da conferência, bem como o Plano Nacional de Eletrificação tal como foi publicado no Diário Oficial de 24 de Abril de 1954.

# O Fundo Nacional de Eletrificação e sua Influência no Desenvolvimento da Metalúrgia

A presente palestra é introdutória a um debate mais amplo que deverá seguir-se. — Abordamos o assunto em seus vários aspectos e em alguns deles transmitimos nosso modo de pensar. É evidente que poderá haver discordâncias. Até é mérito, pois, o real objetivo do Centro Moraes Rego é confrontar os diferentes modos de ver das pessoas em relação aos problemas que influenciam o desenvolvimento da metalurgia. Naturalmente, que melhor, esclarecidos, seremos os primeiros a formar no denominador comum da causa em questão.

Muitos valores estariam mais qualificados para abordar este tema, entre eles o próprio Dr. Romulo de Almeida, que nos dá a honra de presidir esta sessão, mesmo porque, foi chefe da equipe elaboradora do F.N.E. e P.N.E. Entretanto, pretendeu o Centro Moraes Rego, que fosse abordado não por um especialista na produção de energia elétrica ou elemento da alta administração federal, mas por elemento da classe metalúrgica para conhecer seu pensamento. Esta a razão porque aqui estou.

Ao Centro Moraes Rego — e à comissão organizadora deste conclave, que me honraram com este convite — expressei meus anseios de poder estar sempre contribuindo para o brilho de suas iniciativas.

## INTRODUÇÃO

Por todo o país a crise de potência instalada atingiu o auge. Em parte alguma o consumidor sente-se satisfeito e seguro. O racionamento tornou-se inevitável; em alguns lugares alcança de 6 a 10 horas diárias, em outros é mais atenuado. Uns são mais recentes, outros mais antigos. Traz, naturalmente, transtornos e aborrecimentos e por fim o refrão: «Precisamos de energia, não importa por que preço». Outros mais avisados ponderam «porém, tão barata quanto possível».

As causas determinantes desta crise são as mais variadas: acréscimo vertiginoso — industrialização intensiva — melhora do padrão de vida — estiagens — imprevisão das companhias concessionárias — período de guerra, que retardou suas obras — falta de cambiais — desinteresse ou desleixo dos governos, mormente o Federal, e por fim, o próprio «Código de Águas», que desencoraja a iniciativa particular, tanto mais quanto se desenvolve a espiral inflacionária. Admitamos a conjugação de

todas estas causas e a necessidade de serem encaradas concomitantemente, em qualquer estudo que se faça no sentido de dar nova orientação e rumo ao desenvolvimento da indústria da Energia Elétrica.

É universalmente sabido que a eletricidade, pelo uso que tem, tão generalizado, é tão essencial à coletividade, que a indústria de sua produção adquire o caráter de serviço de utilidade pública, exigindo que o Estado a controle, estabelecendo exigências e deveres para os produtores, e também suplementando a êstes, quando se fizer necessário. A escasséz de energia adquiriu tal gravidade, que os govêrnos estaduais e o federal se viram compelidos a exercer esta ação supletiva.

Já em 1951, S. Excia. o Governador Garcez, quando de uma conferência perante os membros do Rotary Club do Rio de Janeiro expunha clara e sucintamente seu programa de govêrno, mostrou, que em face da legislação vigente, não era possível contar-se exclusivamente com a iniciativa privada no suprimento da energia.

Já antes, em vários Estados, sentiram seus govêrnos a necessidade de intervir neste campo, complementando e suplementando as iniciativas então existentes. Assim é que hoje conta o Rio Grande do Sul e Minas Gerais com planos estaduais de Eletrificação, sendo que o de Minas Gerais antecipou suas obras, por um magnífico estudo de planejamento geral, que está servindo de exemplo à outros Estados. Já o primeiro, para a execução de um conjunto de usinas e interligações criou uma taxa especial, dita de eletrificação, para garantir financeiramente sua execução.

Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Paraná, empreendem também grandes obras, no sentido de estabelecer redes regionais, abastecidas por centrais instaladas com o máximo de rendimento.

Nesta mesma época, o Conselho Nacional de Economia, ultimava um estudo de reforma do nosso código de águas, de forma a impossibilitar novas inversões de capitais particulares, pela alteração de certas cláusulas coertivas. Sendo o «Código de Águas» atacado por um lado como um dos responsáveis pela agravação da crise de energia, impunha-se ao Govêrno Federal encarar com realismo êste ponto, dentro, de normas adequadas como o fêz o Conselho Nacional de Economia, e mais tarde a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Entretanto tal não aconteceu.

O Govêrno Federal, praticamente manifestou sua presença até o momento na construção da Hidroelétrica de Paulo Afonso, por influência provávelmente de outros fatores. Entrementes, colaborou esporadicamente com financiamentos e na execução de certas barragens em obras Hidroelétricas, por intermédio do DNOS, como aconteceu no Rio Grande do Sul, e em outros Estados.

O governo, tem sentido o reflexo que tal crise vem provocando no seio de nossa indústria, e na nossa economia em geral. Sendo solicitado cada vez mais, por ser o grande detentor dos recursos financeiros e do câmbio ou pela exigência técnica e harmônica com outros planos governamentais, como o do **Carvão**, vem ultimamente interessando-se na construção de Centrais Elétricas, como a da zona Carvoeira de Santa Catarina, e a de Candiota, perto de Bagé, ainda na fase inicial de execução.

Em virtude das altas inversões e para enfrentar um plano de maior envergadura, apresentou, em fins de Abril de 1953, o projeto de instituição do Fundo Nacional de Eletrificação, segundo estudos elaborados pelos seus acesores técnicos. Tal projeto transitou em regime de urgência na Câmara e Senado onde encontrou sua aprovação, com algumas emendas, já em princípio de dezembro do mesmo ano.

Para melhor análise de nosso tema, vejamos a seguir, as bases iniciais do FNE e as alterações posteriormente introduzidas pelo Parlamento :

a) Criação de um «fundo», a exemplo do «Fundo Rodoviário Nacional», para a instalação de Usinas Termo ou Hidro Elétricas no Território Nacional, que se constituiria de :

- 1 — Adicionais de imposto de consumo, sôbre todos os produtos, com exceção dos ditos de 1.<sup>a</sup> necessidade;
- 2 — Eliminação dos impostos e taxas até então incidentes sôbre o kWh, e criação do que chamou, inicialmente, de imposto único.

Tal imposto seria criado à razão de 20 ctvs. sôbre o kWh, para consumidores residenciais e comerciais. Para o consumidor industrial êste imposto seria cobrado à razão de Cr\$ 0,10. Para não agravar demais as indústrias, grandes consumidoras, propôs o governo as seguintes vantagens :

Quando a influência da energia elétrica sôbre o custo do produto estivesse entre 0 e 5 %, o imposto seria cobrado integralmente. Se estivesse entre 5 e 10 %, pagaria apenas 50 %. Se entre 10 e 15 %, pagaria 25 % e além de 15 %, não sofreria imposto algum.

- 3 — Isentava dos impostos os seguintes consumidores :  
Transportes urbanos;  
Estradas de Ferro com tração elétrica;  
Escolas — Templos;  
Entidades Estatais.
- 4 — Para os que possuíssem geração própria, a taxaçaõ ficaria reduzida a 50 % desde que usassem combustível nacional.
- 5 — Do montante recolhido pelo Fundo Nacional de Eletrificação, apenas o imposto único sôbre o kWh, seria

repartido entre a União, os Estados e Municípios, na relação de :

40 % para a União e

60 % para os Estados e Municípios;

As demais arrecadações, ficariam nas mãos da União.

Assim é que, para a arrecadação total estimada em Cr\$ 2.124.000.000,00, caberia à União : Cr\$ 1.464.000.000,00 e aos Estados e D.F. : Cr\$ 660.000.000,00.

### A TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO

Tal foi, senhores, inicialmente o pensamento do Governo Federal. Ao tomarmos conhecimento dêste documento, verificamos logo a inconveniência de aceitar tais proposições, numa época em que deveríamos procurar conseguir a eliminação dos obstáculos que dificultam nossa industrialização em bases de concorrência. Dois itens, de imediato interesse para a Indústria Metalúrgica, saltavam à vista : A taxação sôbre o kWh produzido por geradores privativos e indiscriminação de indústrias para o fim desta taxação. Desconsideraremos os problemas secundários quanto à distribuição entre os Estados, bem como não teceremos comentários sôbre os adicionais do imposto de consumo. Atacamos o problema na primeira oportunidade que se nos apresentou, e esta se deu no decurso da 1.<sup>a</sup> Reunião Plenária da Indústria, realizada em São Paulo, naqueles mesmos dias. Conseguimos a condenação formal da taxação sôbre a produção própria do kWh. Nossa argumentação foi a mais simples :

- a) E' uma inversão indevida do capital de uma indústria para a produção de um artigo, que não é sua especialidade;
- b) O custo do kWh gerado é sempre mais caro que o obtido nas Companhias Concessionárias (com exceções);
- c) Estas instalações ocorrem quando há deficit de energia no sistema da Concessionária. E' fato comprovado por inquérito, que, se as Concessionárias puderem suprir tais empresas, elas abandonarão a produção própria de Energia;
- d) Além dos prejuízos que a empresa possa ter, há ainda os riscos decorrentes do manuseio do óleo, e o consequente aumento das taxas de seguro;
- e) Evasão de cambiais.

Combatida na Câmara por vários deputados, notadamente os gauchos, teve esta cláusula eliminada, extinguindo assim uma das preocupações sôbre o FNE. Para a Indústria Metalúrgica, grande consumidora de energia elétrica, foi uma resolução francamente favorável. Que o digam as companhias como a Belgo Mineira, Acesita, CSN e outras que possuem produção própria.

Quanto à 2.<sup>a</sup> parte, levantamos em várias ocasiões a discussão: «Como encarar tal taxaço sobre as Indústrias de base»? Infelizmente pouco conseguimos no sentido de despertar a atenção dos interessados à este problema. A reação mais positiva partiu do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul. Seu parecer ao presidente do Senado, expunha o pensamento geral da classe. Nele estavam incluídos estes 2 itens de fundamental interesse para a Indústria Metalúrgica. No Senado, encontrou pronta aceitação por parte de alguns senadores, entre eles o sr. Othon Mäder aqui presente, que compreenderam bem o alcance daquelas argumentações. Os resultados finais não foram os desejados — mas transpirou nos debates havidos a justeza da emenda proposta pelo senador — Infelizmente, o regime de urgência a que esteve sujeita esta mensagem, não permitiu que um estudo sereno e mais amplo fosse levado a efeito.

Terminada a fase parlamentar, encontravamo-nos perante a seguinte situação:

a) Os que produzem energia para seu próprio consumo, estão isentos da tributação sobre o kWh consumido;

b) A taxaço formulada para a indústria foi mantida como o original, com a alteração de que, quando a energia influe além de 15 % no custo do produto, a taxaço sobre o kWh será de 1 ctvo. quando antes era zero. Tal alteração foi devida a argumentos diversos entre os quaes o de um deputado que assim afirmava: «Quanto maior é a importância da energia elétrica para a indústria, mais razão ainda para que pague a taxa proposta». E a Câmara cedeu ante tal argumento. Agurda-se agora a manifestação da Câmara Federal sobre as emendas do Senado para em seguida subir à Sanção Presidencial. Entre as emendas apresentadas pelo Senado, as principais são: A) O imposto será cobrado gradativamente crescente para as indústrias, sendo:

1.º ano	—	25 %	da taxa
2.º	„	50 %	„ „
3.º	„	75 %	„ „
4.º	„	100 %	„ „

2.º) Novas tarifas para kWh luz — sendo:

0	....	20 kWh/mês	—	isento
20	....	50 kWh/mês	—	10 ctvos.
50	....	200 kWh/mês	—	20 ctvos.
mais que 200	.....		—	30 ctvos.

Consumo a FORFAIT ..... 5 % ad valorem

3.º) 10 % do F.N.E., deverão ser destinados à eletrificação rural.

4.º) Os gastos do F.N.E. independerão do visto do Congresso.



- 5.º) Uma vez aprovado o Plano Nacional de Eletrificação, poderá o govêrno efetuar uma operação de crédito até 1.500 milhões de cruzeiros com base nas futuras receitas do F.N.E.

E assim, chegamos ao ponto onde estamos hoje. Tentaremos analisar nosso tema em 3 capítulos:

- O F.N.E. e as indústrias de base.
- A interferência dos govêrnos na produção da energia elétrica.
- A eletrobraz.

## O FUNDO NACIONAL DE ELETRIFICAÇÃO E AS INDÚSTRIAS DE BASE

### A Influência da Energia Elétrica nos Custos de Produção para os Diversos Tipos de Indústrias

E' importante analisar êste ponto, porquanto o parágrafo 4.º do artigo 5.º do projeto de lei, levôu em consideração esta influência. Assim é que propõe que pagarão a taxa de 10 ctvs. por kWh consumido, sòmente as indústrias onde a energia elétrica incide no custo da produção de 0 a 5 % apenas. Quando esta incidência fôr de 5 a 10 %, a taxa será de 5 ctvs. e quando fôr de 10 a 15 %, apenas 3 ctvs. Além de 15 % de incidência, o imposto sôbre os kWh consumidos será de 1 ctv.

E' preciso, para se compreender melhor o alcance das proposições acima, estudar exatamente a influência da energia elétrica para cada tipo de indústria.

Nada melhor que citar um artigo de J. A. Whitlow, publicado na revista Engenharia de São Paulo — mês de Março de 1944, e um trabalho recente sôbre a indústria no R.G.S. Podemos sintetizar os resultados no seguinte quadro, que mostra, de modo geral, como se compõem os custos dos produtos manufaturados.

	RGS—1950		USA-1944
	Média geral	lúrgica Ind. Meta-	%
Matéria Prima .....	52,9	44,9	53,4
Combustível e Fôrça .....	3,1	2,2	2,32
Mão de Obra .....	17,6	25,3	22,6
Administração e Escritório .	5,2	5,6	—
Impostos e Taxas .....	6,6	7,1	—
Aposentadorias e Pensões ..	1,2	1,6	—
Serviços Sociais .....	0,5	0,8	—
Outras Despesas .....	12,9	12,5	—
Impostos + Taxas + Lucros	—	—	20,64

Na fase atual do desenvolvimento industrial do país, em que predominam indústrias de transformação, vemos que a influência da energia elétrica no custo do produto é relativamente baixa, mesmo no caso particular da Indústria do Rio Grande do Sul, que paga alto preço pelo kWh. Está patente, pois, que a grande maioria das indústrias do país estarão classificadas no primeiro grupo, entre 0 e 5 %.

Num mesmo grupo de indústrias, encontramos tipos os mais variados, onde esta influência é completamente diferente. Assim, para a Indústria Metalúrgica, a influência apontada é de 2,2 %, porque a grande maioria é indústria de produção de artigos acabados, de preço unitário mais elevado, mormente no Rio Grande do Sul. No caso de usinas que fabricam aço em fornos elétricos, é fácil verificar como esta incidência é outra muito diversa. Tomando-se outrossim, o consumo de 0,66 kWh por quilo de produto acabado, veremos a importância que deve merecer por parte dos industriais metalúrgicos, especialmente dos produtores de aço.

Idênticas considerações se aplicam a diversas outras indústrias onde o kWh exerce capital influência, entre elas as do Alumínio, refinis eletrolíticos de metais não ferrosos, eletro-redução de minério de Ferro, a fabricação dos triplo e metafosfatos, a fixação do nitrogênio do ar e outras mais.

Do livro — Industrial Electrochemistry de C. T. Mantell, extraímos os seguintes dados de consumo do kWh, para a obtenção de certos produtos eletro metalúrgicos e eletroquímicos.

#### ELETRÓLICOS FUNDIDOS

Alumínio .....	20.000	—	24.000 kWh/Ton.
Magnésio (Clorureto) .....	16.000	—	26.000 " "
Magnésio (Óxido) .....	28.000	—	50.000 " "
Sódio .....	14.200	—	14.600 " "
Cálcio .....	44.000	—	48.000 " "
Berilo .....	110.000		

#### PRODUTOS DE FORNOS ELÉTRICOS

Ferro Solícito 50 % .....	4.000	—	7.000 kWh/Ton.
Ferro Manganez — 80 % .....	3.000	—	6.000 " "
Ferro Cromo — 70 % .....	4.000	—	6.000 " "
Ferro Molibdênio — 50 % .....	6.000	—	8.000 " "
Ferro Tungstênio — 70 % .....	3.000	—	4.000 " "
Ferro Vanádio .....	4.000	—	7.000 " "
Ferro Sílico Manganéz .....	4.000	—	6.000 " "
Zinco .....	2.400	—	2.800 " "
Sulfureto de Carbono .....	800	—	1.000 " "
Fósforo .....	8.000	—	11.000 " "

Ácido Fosfórico .....	4.400	—	4.600	..	..
Grafita .....	3.000	—	4.600	..	..
Carbureto Silicioso .....	6.400	—	7.700	..	..
Carbureto de Cálcio .....	2.600	—	2.800	..	..
Alumina Fundível .....	2.000	—	3.000	..	..
Aço (Gusa Frio) .....	500	—	800	..	..
Aço (Gusa Líquido) .....	100	—	400	..	..
Carbureto — 80 % .....	3.100	—		..	..
Gusa (eletro redução) .....	2.000	—	2.500	..	..
Carbureto — 100 % .....	3.830	—		..	..

A quantidade de energia necessária para a obtenção destes produtos, nos mostra como é essencial a obtenção de um kWh de baixo custo e com muito mais razão o cuidado com que deve ser encarado qualquer impôsto que vier incidir sôbre a energia. Este grupo de indústrias acima apontado, provàvelmente, para efeito da taxaçoã prevista, será naturalmente beneficiado pelas atenuações do artigo 5.º. Entretanto, uma coisa não deve ser esquecida. Tais atenuações são referentes ao «produto acabado» e não às etapas de sua fabricaçãõ. Assim, para os produtores de aço laminado, que possuem fornos elétricos a incidência apenas sôbre o aço em lingote, é diversa daquela sôbre o produto final, capaz de alterar profundamente o valor do imposto único.

No caso da Indústria de Alumínio a observaçãõ é a mesma. A incidência sôbre o alumínio em lingote é uma e no produto manufaturado pela própria fábrica será outra muito diversa. Será tanto menor quanto mais trabalhado fôr o produto final. A tendência destas indústrias de entregarem no mercado produtos já acabados, trará, sem dúvida, transtornos inevitáveis, além daqueles da exata estipulaçoã desta influênciã, sua confirmaçoã e fiscalizaçoã pelo serviço público encarregado.

Uma outra ponderaçãõ a ser lembrada nesta casa, é que esta influênciã percentual sofre variaçoões com o tempo, pois o kWh tem uma estabilidade de preços muito grande, em confronto com a instabilidade de qualquer outro produto e mão de obra. Desta forma, se hoje, tal influênciã alcança 6 %, amanhã, provàvelmente cairá para 5. Muito fácil será estarmos variando de classe, pagando mais impostos. Tal observaçãõ é real e foi confirmada por análise posterior numa usina de aço via elétrica.

Por êste apanhado geral, pode-se verificar como é importante levar em consideraçoã as indústrias de base, para fins desta taxaçoã. Justifica-se pois as tentativas, que extra oficialmente se tentou fazer, no sentido de nos precavermos contra êste perigo. Entretanto, a ausênciã de uma fôrça uníssona, lutando por certas prerrogativas não se pode inculpar como simples descuido dos mais diretamente interessados. Sem dúvida, a realidade que se constatou é outra: o imposto único sôbre o

kWh foi, talvez, o menor dos impostos e onerações criadas, nos últimos anos. Talvez nunca aconteceu antes tanta tributação conjugada. Veja-se :

A reforma Cambial.

A criação da Petrobras.

A própria crise de energia e os inúmeros investimentos realizados para se obter força própria.

O impôsto sôbre os lucros extraordinários, que teve sua tramitação interdita para reestudo.

Os adicionais do impôsto de consumo.

A alta geral do custo de vida, que provocou a alta dos salários e a fixação de novo Salário Mínimo, que tanta celeuma já trouxe. Novos impostos prediais, novas leis de sêlos, a lei Lafer, que majora em 15 % os impostos de renda acima de 10.000 cruzeiros, vendas e consignações e tantos outros que se espera apareçam de um a outro momento.

Uma super tributação, num país em formação como é o Brasil, pode trazer consequências econômicas prejudiciais: Os Economistas da atualidade têm dado muita atenção à correlação entre tributação e renda nacional de onde tiram ensinamentos valiosos.

A propósito, Colin Clark, renomado economista australiano, adverte que a soma de todas as tributações não deve ir além de 25 % da renda nacional. Quando êste número é ultrapassado, afirma êle, êste excesso de tributação exercerá influência inflacionária, quando sua ação normal deveria ser simplesmente deflacionária. E' sabido que em 1951 esta relação era de 29 %. Hoje com os ágios cambiais e outros impostos, é possível que tenhamos ultrapassado a casa dos 30 %. Uma comprovação desta teoria, foi o ágio cambial, que não deixa de ser um novo e tremendo imposto lançado ao povo. Aguardava-se uma deflação pela retirada do meio circulante e o que houve foi uma nova inflação.

Além disto, o excesso de tributação está proporcionando um poder financeiro extremamente forte nas mãos do Gov. Federal, política esta contrária à descentralização administrativa e política municipalista que hoje ganha vulto.

Consequentemente, o industrial, perante tantas onerações, concordará que uma a mais ou a menos, com ou sem razão, perde a importância, porque a consequente alta do preço de seu produto será a compensação lógica por todas estas tributações.

E agora, perante todos aqui reunidos, poderíamos também opinar da mesma forma. Porém, quando o CMR encaixou êste tema, entre outros, para ser discutido nesta semana, uma cousa tinha em vista: Provocar uma manifestação coletiva sôbre o assunto e ao mesmo tempo, analisar com ponderação tal influ-

ência. De nossa parte lembramos, que se queremos constituir bases sólidas para uma industrialização intensa, faz-se mister não mais aceitarmos indiferentes tais tributações. — Temos que nos defender contra tudo que possa dificultar ou prejudicar a conquista de uma sólida implantação industrial, sobre uma base social econômica estável, pois do contrário, apenas contribuiremos com tal indiferença, para um clima de insegurança coletiva e de auto destruição.

### A INTERFERÊNCIA GOVERNAMENTAL E O DESENVOLVIMENTO DA METALURGIA

Já mostramos atrás, que se admite hoje, como imperiosa, a interferência dos governos no campo da produção da energia elétrica, onde, como agente supletivo, corrija e simplifique os interesses privados, bem como promova o aproveitamento mais racional das disponibilidades existentes. E como escôpo final, possibilite a oferta de energia precedendo e estimulando a demanda.

Com a criação do FNE, com a distribuição de quotas para os Estados, Municípios e União, surge, para o país, uma nova circunstância: a intensificação da interferência do Estado em assuntos de Energia Elétrica. Esta interferência vinha se processando de uns oito anos para cá em diversos Estados, e pelo Governo Federal, com a construção da Usina de Paulo Afonso.

Não sabemos o que irá acontecer nos diversos Estados, já que agora lhes surge uma nova fonte de receita proveniente do Fundo. Nos que vêm realizando obras à mais tempo, segundo planos próprios, anteriores à criação do Fundo, já se pode prever que provavelmente continuarão com suas diretrizes atuais. Assim é o caso de Minas, Rio Grande do Sul, São Paulo, etc. Naturalmente o pequeno refôrço financeiro que receberão por conta das quotas que lhes couberem, acelerará suas obras. E' interessante constatar que êstes três estados, apresentam diretrizes diferentes.

— Assim é que São Paulo — de uma série de usinas programadas, iniciou a construção de uma — a do Salto do Paranapanema — para 80.000 CV e recentemente a do Jurumirim. Todo o encargo financeiro coube ao próprio Estado, que a organizou finalmente como sociedade anônima, nitidamente estatal. Apenas pretende limitar sua influência, produzindo e vendendo em grosso, às Cias. concessionárias já existentes da redondeza e até à cidade de São Paulo.

— Em Minas Gerais, a orientação geral adotada pelo Estado foi a organização de empresas de capital mixto tipo «HOLDING». O Estado complementa como necessário para o êxito do empreendimento.

— No Estado do Rio Grande do Sul, o govêrno, através de um órgão autárquico — Comissão Estadual de Energia Elétrica — CEEE — executa a construção de um conjunto de usinas termo e hidroelétricas. Interligadas, todas elas deverão garantir no futuro as necessidades do Estado — principalmente da metade norte. A orientação imposta foi a estatização absoluta de todas as fases da indústria da eletricidade, inclusive a distribuição domiciliar. A possível colaboração particular foi reduzida ao mínimo.

Vejamos o comportamento frente à indústria metalúrgica em cada um destes Estados.

a) Em São Paulo — Não especificou o Estado nada a respeito. Seu objetivo primordial, foi conseguir uma garantia de fornecimento à Sorocabana e fornecer o excedente às concessionárias da redondeza, para reforço de seus sistemas. Pela liberalidade aqui existente, aceita o Estado qualquer tipo de indústria a menos que não haja energia disponível. A colaboração particular, que aqui foi total no suprimento ao Estado, pelo que temos notícia, continuará. Há, sem dúvida, a dificuldade natural — crise de energia instalada e dificuldade de normalização da situação.

b) Minas Gerais — O magnífico estudo de Lucas Lopes, Bernardino de Mattos e outros para a Cia. Brasileira de Engenharia, que elaborou o Plano de Eletrificação do Estado — prevê uma política de estímulo ao estabelecimento da Eletrometalurgia, para aproveitamento dos recursos naturais do sub-solo. Daí o arrojo do govêrno mineiro em tentar romper o famoso círculo vicioso, propugnando por abundância de energia e preço. Tão grande foi o êxito desta política, que aí temos Minas, arrastando grandes empresas industriais para sua esfera de ação. E, antes mesmo que suas usinas estivessem ultimadas, suas capacidades estavam todas comprometidas, o que está animando o govêrno à novas iniciativas do mesmo gênero.

c) Rio Grande do Sul — A orientação seguida pelo chefe da autarquia gaúcha é nitidamente de fundo social. A justificativa para as obras que executa, é o abastecimento da energia elétrica aos lares citadinos e se possível rurais. A coexistência da indústria só é possível nas horas de demanda baixa. Aqui temos a primeira limitação para as indústrias de trabalho contínuo, como o são as metalúrgicas, pois nas horas de consumo doméstico, das 18 às 23 horas, não caberão outros consumidores no circuito. Este fato, que passou despercebido, já se constata atualmente, e é a própria Comissão, quem adverte aos interessados futuros esta contingência.

Aí têm, senhores, modos distintos de agir, cujas consequências para o desenvolvimento da indústria metalúrgica — notadamente a eletrometalúrgica, sofre a influência correspondente.

## GOVÉRNO FEDERAL

Quanto ao comportamento do Govêrno Federal por intermédio de suas organizações (Hidroelétrica de S. Francisco), temos a impressão de que não dificultará o estabelecimento de indústrias eletrometalúrgicas, a despeito do **caso Reynolds**, que provavelmente se revestia de características especiais. Nos demais empreendimentos, como a Usina de Candiota (Bagé — R. Gde. do Sul), em início de construção, ou a termoelétrica do sul de Santa Catarina (Plano Nacional do Carvão), pensamos que o raciocínio será o mesmo: será função dos preços finais que se obtiver para o **kWh**. Com a criação do **FNE**, vai o Govêrno Federal entrar ativamente no campo de produção da energia elétrica, por intermédio da já anunciada criação da **ELETROBRAZ**.

Na mensagem que S. Excia., o Sr. Ministro da Agricultura enviou à Presidência da República, em novembro p. passado, expõe claramente qual poderá ser a orientação futura do Govêrno Federal. Na realidade foram confirmadas com a recente mensagem que organiza o Plano Nacional de Eletrificação e Eletrobraz. São suas, as seguintes considerações:

— «Urge modificar êste estado de cousas; e a solução indicada parece-nos que é a de conservar o sistema de concessão às entidades privadas, cobrindo a deficiência apontada acima, com a intervenção do govêrno na produção de energia elétrica, mediante a construção de grandes centrais e a interconexão de usinas, instituindo-se os grandes sistemas de eletrificação».

«Esta intervenção deverá ter caráter supletivo e abrangerá apenas a produção e a transmissão de energia elétrica, de preferência em zonas carentes, integrada num plano de eletrificação, formado por sistemas, com instalações existentes dos diversos concessionários».

Tais considerações foram expressas, não sem antes proceder-se a uma análise da orientação seguida dos diversos Estados e até mostrando sua discordância à certos casos estaduais.

Seu objetivo final — superar a demanda — é ideal, e sem dúvida, uma das condições «sine qua nom», para que a indústria eletrometalúrgica, possa se estabelecer. E para se conseguir êste estágio, muito terá que se fazer, pois atravessamos um período de crise com usinas exgotadas, onde há muito se vem fazendo restrições na utilização da energia elétrica. Temos pois a convicção de que a participação mais ativa do Govêrno Federal, na produção da energia elétrica por intermédio da Eletrobraz, será comedida e não será entrave ao desenvolvimento da Indústria Metalúrgica em geral. Estará condicionada, entretanto, à disponibilidade e à preços adequados para esta energia.

## O PLANO NACIONAL DE ELETRIFICAÇÃO

Difícil se torna ao autor comentar o Plano Nacional de Eletrificação, dado que a mensagem que propõe sua criação é recentíssima, não tendo ainda havido tempo suficiente para análises mais profundas. Entretanto, pela repercussão imensa que terá na economia geral do país, não podemos perder esta oportunidade de apresentar algumas considerações, e se possível, comentá-las posteriormente.

Vejamos suas linhas mestras :

1 — A orientação geral sugerida pelo Sr. Ministro da Agricultura em sua mensagem, foi adotada pelo Sr. Presidente da República, isto — supletiva às iniciativas já existentes.

2 — Propõe-se o governo a construir uma série de grandes centrais e interligá-las racionalmente de forma a obter o maior rendimento possível do sistema.

As interligações acima referidas, estarão dentro de quatro sistemas independentes :

- a) HIDROELÉTRICA SÃO FRANCISCO — CACHOEIRA DO FUNIL NO RIO DAS CONTAS (BAHIA), atendendo todo o nordeste até ao sul da Bahia.
- b) SISTEMA DO CENTRO — DESDE MINAS GERAIS — ESPÍRITO SANTO até SANTA CATARINA.
- c) SISTEMA DO RIO GRANDE DO SUL.
- d) TRIÂNGULO MINEIRO (DOURADOS) e GOIÁS, e ainda os sistemas independentes, isolados.

3 — UNIFICAÇÃO DA FREQUÊNCIA para 60 ciclos, em todo o território brasileiro, bem como, uniformização das tensões.

4 — Instalação da Indústria pesada de material elétrico, com apóio do poder público, ou pelo próprio poder público.

5 — CRIAÇÃO DA ELETROBRAZ — Empresa de capital mixto, responsável pela execução do Plano Nacional de Eletrificação.

6 — O prazo para a execução do Plano é de 10 anos, sendo que primeiro se executarão os empreendimentos preferenciais, e em segundo lugar, um plano de expansão dos sistemas propostos.

Para o primeiro grupo de empreendimentos preferenciais, constantes do anexo A, da mensagem, salientamos :

I — Centrais Elétricas .....	Cr \$	14.514.000.000,00
II — Sistemas Isolados e Serviços Locais	Cr \$	2.268.000.000,00
III — Unificação da Frequência .....	Cr \$	1.000.000.000,00
IV — Ind. Pesada do Material Elétrico	Cr \$	1.500.000.000,00
V — Estudos, Projetos, Administração .	Cr \$	200.000.000,00
		<hr/>
	Cr \$	19.482.000.000,00



Obras do segundo grupo :

**Expansão dos Sistemas** ..... Cr\$ 12.915.600.000,00

7 — Prevê, ainda, uma operação de crédito até US\$ 250.000.000,00, para atender às necessidades da execução do Plano. (art. 6.º).

— Muito há a comentar, em torno de tão grande plano. No momento, apenas faremos alguns mais ou menos relacionados ao Tema do dia:

**Instalação da indústria pesada do material elétrico** — E' óbvio que ao desenvolvimento efetivo desta, se condiciona um desenvolvimento simultâneo de várias indústrias metalúrgicas, sem o que faltará a matéria prima adequada àquela.

Naturalmente, esta iniciativa deve ser comedida, para não ultrapassar os limites de sua exequibilidade, tendo em vista o meio.

**A Unificação das Frequências** — Se bem que será uma empreitada a ser indenizada pelos fundos do FNE, merece consideração a parte. De um lado, a consecução dêste objetivo, seria um tanto que o país lavraria pela simplificação que a padronização traria à indústria e ao comércio de material elétrico, e ao sistema de interligação que se projeta. Entretanto, também tem seu lado adverso. Em grande parte do país a ciclagem adotada é 50 ciclos. Sua substituição, mesmo às expensas do Governo Federal, não é tarefa tão fácil na prática. Causará transtornos na certa, mormente à indústria mecânica e metalúrgica. Mas isto não deve ser obstáculo à medida de alto alcance à qual devemos emprestar nossa simpatia. Não devemos nos esquecer, que tal unificação forçará um dispêndio de cambiais, num momento difícil.

E também, no momento em que se instalam usinas com toda a urgência, no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em 50 ciclos, é preciso cuidado especial para que esta legislação não venha atrazar a realização de programas já elaborados, já que é compulsória a aplicação da lei conforme artigos 13 e 15 do PNE.

A proposição da ciclagem, diferente da proposta em 1938, é amplamente explanada. Não deixará, por certo, de merecer considerações especiais dos especialistas.

#### **Das usinas que serão construídas**

O programa apresentado nos anexos A e B, do Plano Nacional de Eletrificação soma um total de 3.895.000 kW a serem instalados em 2 etapas nos próximos 10 anos.

Pelo que pareceu, esta programação visa acompanhar o crescimento da demanda. Torna-se difícil abordar este ponto, pois não sabemos se teve em vista consumidores especiais de grande porte, etc. e também como foi encarado o futuro consumo. Entretanto, nas partes referentes à usina de Santa Catarina, verifica-se imediatamente sua correlação com a Metalurgia.

**A Usina Termoelétrica de Santa Catarina** — A idéia da construção de usinas termoelétricas junto às minas de carvão é hoje vencedora, em contraposição à orientação até então existente. Esta questão é sumamente importante para nosso estudo, apesar de estar inclusa no Plano do Carvão. Forçosamente exercerá capital importância no complexo de interligações, previsto no Plano Nacional de Eletrificação.

Na mensagem do Sr. Ministro da Agricultura, pouca importância foi dada à instalação futura da usina termoelétrica de Cresciuma — Santa Catarina, apesar de que na da criação do Plano de Eletrificação Nacional, já lhe foi dada atenção maior.

Após um minucioso estudo da linha Rio-São Paulo, quanto á futuros abastecimentos de energia, conclue o Sr. Ministro da Agricultura pela necessidade imediata da Concessionária duplicar a usina de Piratininga em São Paulo. Também instalar uma termoelétrica no Rio de Janeiro para 200.000 CV, ainda neste quinquênio, para amenizar a crise maior, que é prevista para após 1960, nesta região.

Entre a circunstância de instalar mais usinas termoelétricas que irão consumir combustível importado, provocando dispêndio de cambiais, é preferível uma conjugação de esforços e a execução rápida da usina de Cresciuma e sua interligação ao sistema do Centro, através as usinas do Ribeira e Rio Negro. Tal ponto de vista está perfeitamente de acôrdo com o Plano de Carvão e vamos afirmar: em consonância com um possível **Plano Siderúrgico**, pois que tal usina, queimando subprodutos dos lavadores, proporcionará uma estabilidade adequada à indústria do carvão e indiretamente à indústria siderúrgica.

Outras usinas programadas com o fim de socorrer a demanda do circuito Light-São Paulo, são as usinas do Ribeira, com 270.000 KW.

Muito provavelmente elas poderão exercer grande influência na zona adjacente, que é altamente mineralizada, apresentando já número razoável de companhias mineiras e quiçá mais tarde, indústrias metalúrgicas.

O reforço da capacidade na zona do Rio Santo Antonio em mais 150.000 KW, permite prever vantagens para aquela zona metalúrgica, como já aconteceu antes.

Muito provavelmente o Plano N. de Eletrificação poderá conter alguma coisa não bem ajustada. Pela rapidez com que foi elaborado isto se explica e naturalmente será alterado com o tempo.

Cálculo exato da demanda — reestudo dos fatores de carga regionais, oportunidade, conveniência desta ou daquela interligação — melhor entrosamento com as organizações já existentes (Cla. Salto Grande do Parapanema, por ex.). Planejamento Econômico, etc.

### C O N C L U S ã O

1 — Um país como o nosso, com limitados recursos em combustíveis sólidos — em quantidades e qualidade — confia poder utilizar a técnica moderna da eletro redução. Faz-se mister, porém, que aproveitemos nossos sistemas hidroelétricos de forma a termos energia abundante e o mais barato possível. As incipientes reservas de petróleo, nos indica esta diretriz.

2 — A execução do programa do P.N.E. não elimina a necessidade das Cias. particulares ativarem seus programas, assim como os governos Estaduais.

3 — Apesar do desenvolvimento que a indústria metalúrgica vem tendo nos últimos anos, seria aconselhável salvaguardar, por todos os meios, o normal desenvolvimento e o estabelecimento desta indústria e de outras ditas de base. Dentro do fato consumado da criação do F.N.E., já aprovado pela Câmara e Senado, se poderia como paliativo aplaudir a sugestão da emenda Senatorial da aplicação da cobrança às indústrias em escala crescente.

4 — Por outro lado, para se conseguir qualquer outra atenuante para as indústrias de base, torna-se necessário todo um processo especial no Parlamento. Porém, se conveniente, deve-se tentá-lo.

Uma sugestão recém aventada é a de gravar apenas em 50 % da taxa total, que normalmente deveriam pagar as indústrias de trabalho contínuo, onde a influência do kWh é capital. Isto corresponderia ao trabalho noturno, gozar da isenção de taxaço.

Em segundo lugar :

Ser considerada como compra compulsória de apólices ou ações da própria Eletrobraz, a arrecadação compulsória do imposto único sobre a energia elétrica, que se vai criar.

5 — Extensão de financiamento à construção de usinas de interesse predominantemente privado, mas que sua utilização seja capital para indústrias de base.

6 — Adoção de uma política mais ativa no tocante à financiamento pelos diversos órgãos Federais, às iniciativas estaduais e particulares, no setor da energia elétrica. Idêntica sugestão para a consecução de cambiais.

7 — Considerando que foi aprovado pelo Senado a autorização ao Governo Federal para efetuar ainda este ano, operação

de crédito até Cr\$ 1.500.000.000,00 por conta dos futuros recolhimentos, seria oportuno liberar tão cedo quanto possível tal verba e utilizá-las em financiamentos das obras particulares e estaduais que estão em fase de execução. Seria uma forma brilhante do Governo colaborar para apressar a solução efetiva deste problema.

8 — A aplicação do plano, no tocante à uniformização da frequência, deve merecer uma atenção especial, para que não se tenha transtornos mais complexos para o futuro. Se se tornar irrealizável esta questão, então limitar tal uniformização às zonas geográficas e econômicas. Não nos esqueçamos que esta medida dependerá de consumo maior de cambiais.

9 — Faz-se mister completar a revisão sobre a política Federal sobre águas e energia elétrica (código de águas). Uma revisão adequada possibilitará maior atração de particulares à este setor. Não deve o governo Federal subestimar tal colaboração.

10 — Quanto à interferência estatal, é digno de notar a orientação do Governo mineiro, que objetivou bem este problema sob o ponto de vista do desenvolvimento metalúrgico e o considerou na elaboração do seu plano. Já no P.N.E., se bem que não foram feitas tais objetivações, é de se esperar uma vantagem generalizada. As usinas de Sta. Catarina e a Vle da Ribeira, poderão no futuro proporcionar ótimas possibilidades à indústria mineira e metalúrgica. O reforço destinado ao sistema Mineiro, no Rio Sto. Antonio, trará idênticas perspectivas.

11 — A criação do ministério de Minas e Energia, como consequência natural da evolução das atividades mineiras e energéticas, será uma decorrência, que se aguarda com ansiedade.

(Palmas)

## QUADRO I

## FUNDO NACIONAL DE ELETRIFICAÇÃO

## QUADRO EVOLUTIVO SÔBRE O IMPOSTO ÚNICO SÔBRE O kWh PARA FINS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

		Conforme Mensagem Presidencial Maio 53	Conforme aprovação da Câmara Out. 53	Conforme aprovação do Senado Dez. 53
L U Z	0 — 20 kWh			0 ctvs.
	20 — 50 "	20 ctvs.	20 ctvs.	10 "
	50 — 200 "			20 "
	além de 200 "			30 "
FÔRÇA	0 — 5 %	10 ctvs.	10 ctvs.	10 ctvs.
	5 — 10 %	5 "	5 "	5 "
	10 — 15 %	2,5 "	3 "	3 "
	15 % e mais	0 "	1 "	1 "
FORFAIT	—	—	3 ctvs./kWh	5 % do valor da conta.

## QUADRO II

Diário do Congresso de 14-10-53 — Pág. 2.838

## RECEITA PREVISTA PELO FUNDO NACIONAL DE ELETRIFICAÇÃO

Em Cr \$ 1.000.000,00

	1 954	1 954 - 1 958	1 954 - 1 964
Impôsto único sôbre o kWh — parte do Govêrno Federal — 40 %	440	2.700	7.098
Adicionais sôbre o impôsto de consumo	624	3.537	8.384
Dotação orçamentária Federal	400	2.000	4.000
Total para o Govêrno Federal	1.464	8.237	19.482
Impôsto único sôbre o kWh — parte dos Estados e Municípios — 60 %	660	4.049	10.648
Total da receita:	3.588	20.523	49.612

**QUADRO III**  
**QUADRO SINTÉTICO DAS OBRAS DO PLANO NACIONAL DE ELETRIFICAÇÃO**  
 (parte do Gov. Federal)  
 (Diário Oficial de 23 de Abril 54)

Z O N A S	1955 — 1960		1960 — 1965		Despesa p/ construção de Centrais Elétricas em Cr\$ ..... 1.000.000,00	Despesa c/ interligações em Cr\$ .... 1.000.000,00	Despesa p/ construção de Centrais Elétricas em Cr\$ ..... 1.000.000,00
	kW a serem instalados	Despesa c/ interligações em Cr\$ .... 1.000.000,00	Despesa p/ construção de Centrais Elétricas em Cr\$ ..... 1.000.000,00	kW a serem instalados			
Light Rio	470.000	280	3.220	360.000	246	2.500	
" S. Paulo	670.000	858	3.220	1.135.000	884	8.130	
Cia. Paulista F.L.	60.000	481	180	—	260	—	
Parapanema	—	282,1	—	30.000	—	150	
Paraná-Sta. Catarina	150.000	221,6	1.200	30.000	141	240	
Rio Grande do Sul	50.000	52	450	—	—	—	
Minas Gerais	190.000	112	1.290	—	—	—	
Itabapoana	60.000	336	480	—	30	—	
Rio das Contas-Baía	38.000	196	244	—	—	—	
São Francisco	180.000	382,4	540	—	—	—	
Tr. Mineiro e Goiás	50.000	138,1	300	30.000	93,9	180	
Sistemas Isolados	400.000	—	2.268	—	—	—	
<b>T O T A L . . . . .</b>	<b>2.318.000</b>	<b>3.339,2</b>	<b>13.392</b>	<b>1.585.000</b>	<b>1.654,9</b>	<b>11.200</b>	

Total das despesas da 1.ª etapa: Cr\$ 16.731.200.000,00  
 Outras despesas: Cr\$ 2.750.800.000,00  
**TOTAL: Cr\$ 19.482.000.000,00**

Total das despesas da 2.ª etapa:  
 1960 — 1965 Cr\$ 12.854.900.000,00

# Debates sôbre O Fundo Nacional de Eletrificação

DR. ROMULO ALMEIDA — Passo a palavra ao Dr. Alberto Pereira de Castro, orientador dos debates.

DR. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — As discussões de hoje versam sôbre o tema, de acôrdo com o programa, «O FUNDO DE ELETRIFICAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA». Depois da conferência do Eng. Henrique Anawate e dada a presença do Presidente da Mesa, Dr. Romulo, um dos responsáveis mais diretos por todo o desenvolvimento deste projeto, o Fundo de Eletrificação e o Plano Nacional de Eletrificação, dado também o fato de se observar na casa consumidores mas também um grande número de engenheiros ligados à produção e a estudos de eletrificação em geral, e também acompanhando o próprio conferencista que estravasou um pouco do tema tal qual foi apresentado pelo Centro. Eu preferiria que os debates ficassem divididos em duas partes: Uma primeira mais referente à influencia na indústria Metalúrgica. Por exemplo: Qual a influência deste impôsto recentemente criado sôbre a estrutura dos preços nesta indústria? Irá provocar nesta indústria desvios de métodos?

No caso de São Paulo uma indústria de fornos elétricos, esta taxaço imposta, virá favorecer maior tendência a métodos Siemens-Martin ou métodos que consomam combustíveis líquidos? Mais tarde para atender engenheiros, eletricistas aquí presentes nós abriremos uma discussão para seu plano em seu conjunto e a sua influência geral. Estão abertos os debates.

ENG. JOSE' BONIFÁCIO SILVA JARDIM — Com relação a influência da taxaço sôbre o kilowatt/hora na indústria siderúrgica um ponto que parece logo se destacar, é da eletro redução, na produção de gusa em fornos elétricos. No Brasil com o aumento do preço do carvão, tinha-se esperança de não aumentando o preço dok Wh viessemos aplicar os fornos elétricos na produção do gusa.

O preço do kWh de 15 centavos, e estabelecendo uma relação de 1 : 6 ou de 1 : 4 entre o preço do kWh e o preço do carvão, teriamos que quando o carvão atingisse 600 a 900 cruzeiros seria viável a aplicação dos fornos elétricos de redução. No entretanto admitindo a êste preço de 15 centavos no consumo de 2.000 kWh por tonelada, nós teriamos um preço de 300,00 por ton. em kWh para produção do gusa. Nessas condições o kWh cairia na classe em que o acrescimo da taxa a ser cobrada seria de

5 centavos. Evidentemente alterando de 15 para 20 que seria o novo preço do kWh, só seria econômica a eletro siderurgia se o preço do carvão atingisse em vés de 900, 1.200,00. Dessa maneira com taxaço nos fornos de eletro produço, nos limitariamos por um bom tempo a aplicaço de energia elétrica na produço de ferro gusa em sacrifício de nossas reservas florestais o uentão de cambiais, importantdo o carvão.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — O Dr. Anawate quer apresentar alguma observaço ao aparte do Eng. Silva Jardim ?

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Acho bastante razoável a observaço lo Eng. Silva Jardim, pois a correlaço citada pode definir uma orientaço industrial, porquanto na eletro siderurgia o que se tem em vista não é a produço exclusivamente de guza, é o produto acabado. Dentro do meu ponto de vista exposto acima, êsse produto estaria gravado na primeira classe, talvez com alguma sorte na segunda classe e essa taxaço para uma indústria desse padrão a nosso ver é inteiramente prejudicial. Apenas êsse complemento.

PROF. THARCISIO D. DE SOUZA SANTOS — Além das consideraçoes feitas pelo Eng. Bonifácio Silva Jardim que se referem apenas a um caso particular de gravidade muito maior que resultam dessa taxaço estabelecida no fundo nacional de eletrificaço, pois que ensaia agora os primeiros passos do estabelecimento das indústrias de base, industriais de base essas compreendendo muita coisa mais do que a simples indústria siderúrgica. Compreende especificamente todo o campo de produço dos metais leves de reduço eletrotermica, de todos os ferros ligas e compostos de reduço, de todo refino eletrolítico e de toda a gama de produtos que constituem a estrutura fundamental de uma naço industrial. Nós vemos que essa taxaço estabelecida na forma feita, poderá atingir a 10 centavos por kWh, fàcilmente pois não nos esqueçamos de que a tendência moderna é a de integraço das indústrias, e que dessa forma o preço de base de verificaço irá ser o preço do produto acabado da chapa de alumínio, do tubo de alumínio, da liga de magnésio, etc. etc. etc.

Nessas condições, êsse plano só poderá corresponder na prática a um enorme freio ao desenvolvimento dessa indústria que hoje começa a ensaiar os primeiros passos neste País. Há mais, nas condições vigentes, não hoje, mas talvez há poucos meses, porque as condições de preço tem flutuado de maneira extraordinária no decurso de meses, se não de semanas ou de dias, no caso da indústria metalúrgica de uma usina integrada que se propusesse a produzir chapas ou tubos ou arame ou barras, a taxaço corresponde quasi ao nível do custo do kWh para o qual passaria a ser interessante o emprego dos processos eletro-metalúrgicos. País que reconhecidamente quasi nada tem



de recursos de redutores sólidos, parece essa orientação profundamente contrária ao que se deveria esperar de uma medida governamental que tivesse como intuito incentivar o desenvolvimento das indústrias da nação. (palmas)

DR. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Dr. Romulo...

DR. ROMULO — Meus senhores, eu me permitiria entrar nesse debate, a despeito de ter a responsabilidade de presidí-lo com maior serenidade e isenção, pelo simples fato de que fui aqui referido, como um dos responsáveis pela orientação dos projetos em foco. A referência, aliás, digo de passagem, foi exagerada. Cabia-me a responsabilidade de chefiar a assessoria econômica da Presidência da República, cuja constituição atende à preocupação do Presidente da República pelos problemas de base do país, entre eles a expansão da indústria metalúrgica de base, que constitui efetivamente uma das inspirações para o próprio plano nacional de eletrificação. Fomos chamados no Gabinete Civil da Presidência, na assessoria Econômica, a suprir deficiências conhecidas da administração pública normal na realização de determinados estudos, procurando entretanto, o mais possível, utilizar sua experiência, bem como os conselhos da própria iniciativa privada. Realmente, não fujo da responsabilidade de ter participado nos estudos e na orientação do projeto, apesar de que não me foi dado, nos últimos 5 a 6 meses, trabalhar ativamente nesse empreendimento governamental, nesta fase de planejamento, porque fui obrigado a afastar-me para outras atividades. Ocupou muito melhor o meu lugar o Sr. J. Soares Pereira. Eu tenho também que esclarecer, apenas como observação à margem da excelente exposição do conferencista, de que o estudo, a despeito de não ter sido completo, a despeito de muito faltar para o nível de perfeição ou aproximada perfeição que nós desejaríamos, ele foi realizado em cerca de um ano, fóra o período preliminar no qual se concatenaram muitas idéias, inclusive foi estudada a experiência das soluções tradicionais neste particular. Eu não vou entrar na questão geral, porque eu creio que seria obrigado também a participar do debate na segunda parte, porque me parece que há muitos pontos dignos de esclarecimentos.

Receio aliás que todo o tema do debate desta noite seja impróprio para uma reunião como esta, visto que há uma parte geral neste debate que implica no exame a fundo de problemas muito mais fundamentais da economia brasileira. E há um outro tema que é o tema específico que exigiria quando menos um seminário de lapis em punho, para se calcular certas incidências e para que se possa levar em conta todos os fatores atuantes. O que me parece entretanto essencial de logo acentuar, é que uma questão como essa, só se pode focalizar segundo um método dinâmico de considerar não apenas o efeito da taxaçoão sob uma tarifa existente, mas de considerar o efeito da taxaçoão como pro-

dutora de mais energia a mais baixo custo, e então o efeito global no futuro sobre o custo global e médio da energia no Brasil. Ora neste particular, os autores do projeto estão convencidos, de que, ao contrário de aumentar os custos industriais, o projeto virá, dinamicamente e progressivamente, pelos seus efeitos futuros, reduzir os custos industriais. Esta é a tese que precisaria ser discutida com um lapis, num seminário. O raciocínio aliás se pode apresentar imediatamente da seguinte forma: E' evidente que uma indústria que está estabelecida em São Paulo na base de uma tarifa que é estática, que não se altera, essa indústria sofre a incidência adicional do impôsto único. O efeito dessa taxaço sobre uma indústria individual existente e sobre a localização das indústrias que exigem mais energia, é patente. Eu não duvido mesmo que, no caso da indústria pesada sediada em tôrno da cidade de São Paulo, o efeito do projeto seja tornar menos conveniente tal localização seja, digamos, reduzir a tendência à indústria metalúrgica básica aqui em tôrno de S. Paulo. Isso baseado no presuposto de que a tarifa é estática. Mas o que não se pode concluir, entretanto, é de que, êsse seja o efeito geral para a indústria localizada em condições melhores, relativamente às fontes de energia que serão produzidas a mais baixo custo pelo plano nacional de eletrificação, pela razão que o conferencista deu, a saber que essa construção sistemática de grandes centrais e das linhas de conexão tendem a reduzir os custos de produção e de fornecimento de energia. Isto é evidente. De maneira que outra conclusão a que se pode chegar é a seguinte: no balanço de incidência, o sobre-custo da taxaço será seguramente menor do que a redução virtual do custo da energia, em consequência da execução sistemática de um plano nacional de eletrificação. A indústria de energia é, sabidamente, uma indústria que requer uma grande escala de operação. Está evidente que, se a indústria do Rio Grande do Sul sofre uma incidência de energia anomalíssima, de 3,1 % sobre o seu custo de produção, é pela razão de que num centro como Caxias, mais de 80 % da energia gerada, o é em pequenas unidades com investimentos unitários muito elevados e custo de operação mais elevado ainda, pelos próprios particulares, aliás desfalcando o investimento útil diretamente na indústria. Quando nós tivermos no Rio Grande do Sul e outras partes do país um sistema de usinas centrais de grande porte, com as linhas de interligações, evidentemente o custo da energia será muito mais baixo. De sorte que, porisso, eu não aceito as observações que aqui já foram feitas, a não ser relativamente à incidência em relação a indústrias individuais e localizadas em determinados pontos já favorecidos por tarifas especiais.

Se me disserem que a taxaço é elevada, direi que ela não o é, basta comparar os custos de energia em qualquer parte do mundo, inclusive nos Estados Unidos. Apenas o que me pa-

rece lógico, e está no espírito dos projetos, é de que, se o plano nacional de eletrificação tem entre um dos presupostos a necessidade de expandir as indústrias básicas, êle implica numa política de tarifas conveniente à indústria básica.

O Prof. Tharcisio apresentou realmente uma observação importante, mas que não é uma objeção ao plano, é simplesmente uma advertência em relação à prudência, à sabedoria com que êle deve ser executado, no que se refere à incidência do impôsto único. Mostra êle que há uma tendência à integração das indústrias, e em consequência, a incidência do impôsto único sôbre o custo do produto acabado, tende a ser percentualmente mais elevada. E' a pura verdade, mas o plano não diz, não há nada que diga na lei de que, obrigatòriamente, tem que ser computado o impôsto único sôbre a energia utilizada na indústria integrada. A energia pode ser perfeitamente discriminada quanto ao seu emprego nas várias fases da indústria. Isso é evidente, nada impede na lei. E' uma questão de execução da lei. Aceito, e acho muito interessante, que se faça essa advertência, advertência aliás que não nos escapou. Nós consideramos isso, mas isso é encargo dos órgãos normais que existem para tal. Mas o simples fato da lei prever uma escala regressiva, conforme a incidência do custo da energia sôbre o custo total da produção é suficiente para nos levar à convicção que está no espírito da lei esta distinção, porque do contrário seria uma contradição com a própria letra da lei nesse particular.

O maior custo da energia, isso aliás já foi dito se não me engano, no memorial ou em um documento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o maior custo da energia, é não haver energia. Esta é que é uma realidade, uma realidade primordial. E' não haver energia.

E' interessante, entretanto, examinar em que medida haveria energia sem o Plano Nacional de Eletrificação. Aquí estão relacionadas nesse oportuno folheto as usinas ora em construção no Brasil. Aliás, escapando algumas outras, mas que não acrescentam grande coisa. Se os Srs. somarem todos os kW de capacidade que resultarão dessas construções, construções essas que só atingirão a sua maturação, que dizer a sua produção efetiva de energia, dentro de «N» anos, digamos numa média de mais 3 anos, os Srs. verão que toda essa capacidade a ser instalada pelas usinas em construção, não é suficiente para cobrir o atual déficit de energia no sistema Rio-São Paulo, segundo as estimativas dos industriais de São Paulo e até da própria Light.

Não sei se a Light já fez público, mas numa reunião que tive com alguns de seus técnicos, êles me declararam há mais de um ano de que os pedidos de ligação nesta zona, na sua zona de concessão, ultrapassam a 1.000.000 (milhão) de kW. Ora Srs., muitos dirão que é o código de águas o culpado, eu me permito dizer...

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Mas a Light tem um projeto para fazer 400 mil cavalos na usina subterrânea e quando quer faz; o govêrno não faz. (palmas)

DR. ROMULO ALMEIDA — Bem meus senhores eu não queria discutir essa questão, mas se V.Excia. deseja eu a discutirei, para mostrar como V.Excia. está enganado. Vamos examinar então, ainda que perfunctoriamente, essa questão que vem aqui formulada no aparte.

Dir-se-á que a Light tem pedido de concessão.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Dir-se-á não. Tem de fato concessão.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas, ter concessão não significa esta ronstruindo, nem ser capaz de construir.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Será que com a Eletrobrás será capaz.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas senhores o que acontece é o seguinte: O Plano Nacional de Eletrificação está baseado num plano financeiro. Aquí se está criticando êsse plano financeiro, ou melhor a origem dos recursos desse plano financeiro, que é o impôsto único. Ora, que há um plano financeiro ninguém duvida, não há quem duvide que êsse recurso existe. Agora parece-me que apesar de toda a admiração que devemos ter pela Light, sôbre tudo como um grande serviço de assistência técnica que foi trazido para o Brasil num época em que o Brasil não tinha capacidade técnica nem financeira para enfrentar um problema dessa envergadura, apesar da nossa admiração pela capacidade de organização e realização da Light... apresento a minha própria dúvida a respeito da capacidade dela de fazer face às concessões que tem, a não ser com o seguinte processo: o da utilização e administração dos nossos capitais, principalmente os capitais fornecidos pelos govêrnos; mas então os Srs. perguntarão o seguinte: essas construções pela Light não sairão mais baratas do que pelo govêrno, através do plano nacional de eletrificação?

APARTE — Sem dúvida!

DR. ROMULO ALMEIDA — E' preciso examinar êste problema procurando nos afastar um pouco do folclore que domina a opinião pública a respeito de certos problemas.

O fato é o seguinte: Essa grande e respeitável empresa concessionária...

APARTE — Falhou lamentavelmente!

DR. ROMULO DE ALMEIDA — Eu não queria chegar a tanto. Agora, quero focalisar a questão do custo da energia sôbre a indústria básica, e mostrar o seguinte: é preciso não confundir o atual custo do kW nem em aproveitamento excepcionais e amortizados, realizados a custo do passado na área de São Paulo, com o custo de kW que poderá resultar de novas concessões e novos projetos pela própria Light.

Se os senhores examinarem o processo financeiro da capitalização dessas concessionárias e da elaboração de suas tarifas, verificarão que provavelmente o resultado não será êsse. Haverá quem suponha que as tarifas pelas empresas concessionárias particulares seriam mais baixas para a indústria básica do que através do Plano Nacional de Eletrificação? Por que razão? Vou mostrar a razão de ordem técnica porque não é, e porque inclusive não o seria se fôsse adotado o esquema do Conselho Nacional de Economia que nós examinamos atentamente. Não seria pela pura e simples razão seguinte que os senhores vão analisar: Essas empresas não têm capital, não têm mostrado capacidade de levantar o capital devido, levantam então capital de empréstimos, reparem bem, levantam capital de empréstimos e o que querem do govêrno é que o govêrno estabeleça tarifas que amortizem o capital de empréstimo e depois o govêrno permita que o capital de empréstimo, já amortizado, quer dizer, o capital real, o capital efetivo gerado pelo capital de empréstimo, amortizado pela tarifa, isto é pelo consumidor, pela indústria, passe depois à conta de capital e fique eternamente remunerado pela tarifa. Essa circunstância não existirá no regime do Plano Nacional de Eletrificação, mas existiria no sistema proposto pelo Conselho Nacional de Economia. Os projetos do govêrno declaradamente não são infensos aos concessionários particulares. Pelo contrário, os projetos do govêrno expressamente prevêm a possibilidade do Govêrno financiar os concessionários particulares. Antes do Plano de Eletrificação, através do Banco de Desenvolvimento Econômico, que já o está fazendo, e depois do Plano Nacional de Eletrificação, através da possibilidade, aberta pelo Plano, de apoiar não só a iniciativa Estadual e Municipal, mas também a particular. O sentido do plano é mesmo o sentido de dar fôrças à iniciativa local e indiretamente, por êsse meio, também à iniciativa particular associada aos Estados, e também aos próprios concessionários particulares...

De maneira que o problema é êsse, é preciso examinar todos os aspectos da questão e sôbre tudo os efeitos dinâmicos do plano sôbre o custo da energia no futuro do Brasil. De maneira que estamos persuadidos, nós que elaboramos o Plano, de que êsse efeito dinâmico é no sentido da redução de custos, muito maior do que o efeito imediato e tópico de elevação de custos de determinadas indústrias em determinados locais. Uma coisa que seria interessante no folheto distribuído, para se examinar melhor a questão, era ue o consumo do kWh por unidade de produção tivesse a se ulado uma estimativa de incidência do custo de energia sôbre a unidade do produto.

Desejava mostrar aquí simplesmente um mero cálculo aritmético no caso duma indústria metalúrgica nos Estados Unidos que é gravada em 2,32. Suponho ser indústria metalúrgica, é verdade? Porque a indústria em geral é menos do que isso.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Este valor se refere à Indústria em Geral dos EE.UU. . . .

DR. ROMULO ALMEIDA — Na Indústria em Geral nos EE.UU., tenho a certeza que atualmente a incidência é menor.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Esse estudo é de 1944 ?

DR. ROMULO DE ALMEIDA — E' de 1944.

ENG. RENRIQUE ANAWATE — Agora o Sr. tem os do Rio Grande do Sul para Indústria em Geral e a Metalúrgica.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas os do Rio Grande do Sul são dados exatamente que vem comprovar a necessidade do Plano de Energia, não é ? Pois o Rio Grande do Sul é gravado pela circunstância que é notória.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Sr. Presidente, o Sr. permite um aparte.

DR. ROMULO ALMEIDA — Pois não.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Exatamente como estava dizendo V.Excia. No Rio Grande do Sul que tem uma energia caríssima, essa incidência é 2,2 %. Imagine se essa energia fôsse mais barata, que nós esperamos venha a ser um dia, essa incidência seria muito menor e portanto levantará tal incidência sempre para a primeira classe, de acôrdo com a legislação aprovada na Câmara e no Senado. Esse é o tom da argumentação para mostrar que a tabela proposta não condiz com a realidade. Ela é exagerada.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas senhores, evidentemente que o custo da energia e sua incidência sôbre o custo do produto é mais baixa, segue-se que na estrutura de custos, esse item suporta mais majoração. Basta fazer um cálculo aritmético. Um acréscimo de 10 % sôbre 2,32, corresponde em transformar 2,32 em 2,53.

ENG. JOSE' B. SILVA JARDIM — A suposição de 10 % que o Sr. está tomando como medida de cálculo presuppõe o kWh a Cr \$ 1,00 isso . . .

DR. ROMULO ALMEIDA — Não senhor . . .

ENG. JOSE' B. SILVA JARDIM — Em grande parte . . .

DR. ROMULO ALMEIDA — Não senhor . . .

ENG. JOSÉ B. SILVA JARDIM — Sim, senhor porque 10 centavos seria 10 % ou de 1,00.

DR. ROMULO ALMEIDA — Não, no caso da Indústria em que a energia incide em 15 % do seu custo total de produção, não é 10 centavos a taxaço, mas sim 3 centavos. Entre 10 e 15 % é 3 centavos. Ora, se o custo do kWh é 35 réis, preço muito baixo que só existe em São Paulo, os 3 centavos significam menos de 10 % sôbre a verba «custo de energia». Ora, como a verba «custo da energia» no custo total, é entre 10 e 15 %, segue-se de que a incidência sôbre o custo total é de 1 a 1,5 %.

APARTE — O preço do kW aqui é 35 centavos e o impôsto proposto é de 20 centavos !!!

DR. ROMULO ALMEIDA — Não, meu amigo, é 3 centávicos. No caso de uma indústria em que o custo de energia incide entre 10 e 15 % do custo total, a majoração do custo de energia é 3 centávicos por kWh.

UM APARTEANTE — Exato.

DR. ROMULO ALMEIDA — E' 3 centávicos por kWh. Quer dizer, há muita gente raciocinando como se no caso de indústria metalúrgica básica, houvesse um acréscimo de 10 centávicos por kWh. Quando no caso de uma indústria como a de alumínio, mesmo com a tendência de redução do consumo de kWh por unidade de produção, é provável que jamais seja gravada por esse adicional, porque a incidência da energia sobre o custo total do produto é sabidamente mais alta, e assim muitos outros processos metalúrgicos. Na indústria primária. Agora, na integração, é outra coisa. Na integração, como já disse, é outra questão em separado, é preciso distinguir perfeitamente os adicionais conforme a fase da indústria.

ENG. GERALDO REZENDE MARTINS — Essa parte não tem a menor importância, porque geralmente fala-se muito a respeito da energia elétrica na Indústria em geral, entretanto eu por exemplo, que sou industrial não sinto este aumento, não agrava a minha indústria absolutamente, mas nestas em que é fundamental o aumento pode haver uma consideração especial, agora a mim me parece que no estudo feito uma coisa muito séria para nós aqui em São Paulo é o seguinte:

E' como V. Excia. muito bem disse, o maior custo, a maior dificuldade é a falta de energia elétrica, nós vamos contribuir com 47,47 % do total, e ser beneficiados com 30 %. Esse problema de aproveitamento da energia elétrica é muito complexo. Paulo Afonso não foi ainda inaugurada e já está com o total de sua energia comprometida, nós aqui em S. Paulo na agonia em que vivemos com necessidade de energia para a instalação de inúmeras indústrias novas e desenvolvimento das existentes pensamos que não adianta aumentar a capacidade de eletrificação do Piauí, no Maranhão do Ceará...

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Dr. Geraldo, peço que deixe isso para a segunda parte dos debates.

DR. GERALDO REZENDE MARTINS — Em todo caso nós estamos discutindo a parte em que o presidente foi orientador da mensagem...

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas, eu devo dizer o seguinte, que minha intervenção visou tratar exclusivamente do custo, se eu tratei de questões marginais foi apenas à guisa de introdução e esclarecimento à questão do custo. Aliás, eu devo dizer que tendo entrado no debate, a presidência está com o coordenador do debate e não mais comigo, eu fico destituído.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Tem a palavra o Eng. Paues.

DR. JOÃO PAUES — Fábrica de AÇO PAULISTA S.A. — Foi discutido o preço da energia elétrica em si. O primeiro participante do debate de hoje fez, porém, uma comparação muito interessante, ou seja do preço da energia elétrica com o de outras fontes de energia. — Antes de mais nada, é preciso averiguar quais são as fontes de energia no Brasil e, em seguida, procurar um meio para distribuir o aproveitamento das mesmas. Pelo que posso julgar, o nosso país possui relativamente poucos recursos explorados de energia e combustíveis. Contudo, parece-me que êsses recursos, bem aproveitados, poderiam satisfazer as nossas atuais necessidades mais do que se dá. A questão do preço relativo é interessante, justamente porque proporciona a possibilidade de incentivar ou refrear o consumo da energia elétrica, conforme conveniência. Parece-me, por exemplo, que a produção de ferro gusa com energia elétrica é somente justificada num país onde há abundância de energia hidro-elétrica. Isso, no Brasil, agora não é o caso. A energia elétrica porém, sendo a forma mais cômoda e fácil, e também mais barata, atualmente está sendo empregada neste país para muitos fins, para os quais poderiam servir outros recursos. Em breve quero dizer: a falta de energia elétrica é em primeiro lugar causada pelo preço que por um contróle artificial foi mantido demasiado baixo, quando os preços de todas as demais necessidades subiram rapidamente. Com o preço baixo aumentou o consumo, também para fins para os quais a energia hidroelétrica não devia ser empregada em primeiro lugar, e isto sem que as empresas produtoras da energia ganhassem o suficiente para poder explorar novas possibilidades. Deixando a iniciativa privada funcionar sem interferência, teremos a possibilidade de superar a crise de força. Assim, no futuro, teríamos que fazer um cálculo de preço e de disponibilidade das diferentes fontes de energia para determinar se é possível ou não usar a energia elétrica para a siderurgia.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Pergunta ao orador se quer tecer algum comentário em referência ao Eng. Paues.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Pois não. O Eng. Paues, acaba de afirmar que energia elétrica não é elemento adequado para se fazer siderurgia no Brasil, porque nós não a temos em abundância. É preciso se notar aqui outro detalhe paralelo. O carvão mineral que seria o elemento mais adequado, nós também não o temos em abundância e qualidade que o indique. Nós temos que trabalhar com o pouco que temos e estamos trabalhando. Também desejamos introduzir a energia elétrica como um elemento na nossa siderurgia, e naturalmente só o podemos fazer se a tivermos e a preços baratos.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Quer falar o Eng. Catulo Branco.



ENG. CATULO BRANCO — Quero salientar que é digno de elogios verificar que os realizadores do plano se apresentam em plenário para discutir e aqui estão dispostos a ouvir as observações que lhe são feitas.

Gostaria de começar pela parte fundamental abordada pelo Dr. Romulo Almeida na qual êle lançou muito bem o problema. Uma vez executadas as obras, obras adequadas, nós teremos uma diminuição de preço da energia elétrica no país, isto é evidente e o exemplo do Vale do Tennessee, no qual o preço de energia elétrica caiu de 80 cents. a 2 cents. e meio de 1932 a 1940 nos mostra isso de uma forma bem clara, mas acontece que os planos de eletrificação de que eu tenho notícia, os grandes planos de eletrificação abordam o aspecto triplice do problema, navegação, irrigação e produção de energia elétrica, problemas agrícolas; êsses problemas tem sido encarado em todo o mundo por empreendimentos estatais, e a Eletrobrás é uma sociedade mixta com 2 troncos que estão explorando energia elétrica no país, detentoras de 90 % da produção em nosso país, e que tem fracassado lamentavelmente de 10 anos para cá e nos ameaçando em São Paulo de 3anos para cá de fracasso completo, colapso integral, é o que diz a própria Cia. De forma que não me parece justo que se faça um plano de arrecadação de dinheiro do povo através de impostos.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Dr. Catulo, eu pediria que ficássemos só na parte de preços ainda. Vamos deixar isso para a segunda etapa.

ENG. CATULO BRANCO — Mas eu estou respondendo o Dr. Romulo de Almeida que abordou o problema, de como poderíamos fazer, separando, em 2 partes um problema que não é separável. Êste problema tem que ser discutido entre o aspecto fundamental e depois passado a seu detalhes...

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Eu pediria que o Sr. deixasse sua intervenção para a 2.<sup>a</sup> parte.

ENG. CATULO BRANCO — Pois não, não há dúvida.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — O Dr. Miguel de Carvalho está querendo fazer algumas perguntas sôbre questão da incidência de custo, se não me engano...

DR. MIGUEL DE CARVALHO — Eu peço desculpas ao Dr. Plinio Catulo Branco, se por acaso insistimos na orientação dada pelo relator dos debates, no sentido de esclarecer: 1.<sup>o</sup> — sôbre os efeitos reais que poderá trazer êste projeto do govêrno na incidência nos custos nas várias indústrias. Como tinha sido uma orientação traçada pela mesa é razão pela qual eu me permito interromper...

ENG. CATULO BRANCO — Com todo o prazer permito o aparte.

DR. MIGUEL DE CARVALHO — E' essencial que nós como industriais sejamos bem esclarecidos sôbre as consequências des-

te projeto. Primeiramente, vamos ver, no nosso caso aqui. Acredito que seja uma orientação interessante, citar os vários casos que temos aqui em São Paulo e em outros Estados, e analisar a consequência que êste projeto poderá ter para as indústrias atualmente em funcionamento e para as indústrias que possam se instalar com a sobra de energia ou com a disponibilidade de energia que êste projeto de lei venha trazer. Vamos ao caso do alumínio. Francamente confesso que depois de ter lido rapidamente o projeto apresentado pela Presidência da República à Câmara, é a primeira vez que êsses números estão submetidos com as modificações introduzidas pela Câmara. No caso de alumínio nós temos duas parcelas a considerar: temos 20 mil kWh que podemos tomar como a energia consumida para a obtenção do metal. Se houver algum engano peço ao Dr. Tharcisio que me corrija (risos), e 5 mil kWh para transformação do metal em vários produtos como chapas, perfís, tubos, etc. A primeira parcela de 20 mil kWh por tonelada de alumínio, eu acredito que cairá na incidência de 1 centavo por kWh. O Dr. Romulo Almeida poderá nos informar?

DR. ROMULO ALMEIDA — Na mensagem Presidencial era 0.

DR. MIGUEL DE CARVALHO — Exatamente, e na alteração quer da Câmara quer do Senado é de 1 centavo, e pelos meus cálculos isto atinge 200 cruzeiros por tonelada de alumínio.

Ainda na indústria do alumínio, há uma dificuldade bastante grande admitindo-se uma indústria integrada como será a nossa. É a fixação das tarifas das outras classes. Também em nosso caso, em que o metal fundido saindo da eletrolise já entra diretamente na fundição de placas e, dali passa sob forma de placa para a laminação, essa tributação das várias energias, dos vários setores, não deixa de ser um pouquinho difícil. Esta é a primeira parte.

DR. ROMULO ALMEIDA — Eu creio que não seja um problema técnico tão difícil. Pois sabe-se perfeitamente quais são os coeficientes.

DR. MIGUEL DE CARVALHO — Em tese.

DR. ROMULO ALMEIDA — De maneira que é uma questão de ajustar, é evidente.

DR. MIGUEL DE CARVALHO — Segunda parte. A nossa indústria será dentro de um ano ou dois, talvez o maior consumidor de kWh do país, e para o seu funcionamento, não pode contar naturalmente com sobra de energia que não havia.

Precisou montar as suas próprias usinas e tem no momento em instalação o primeiro gerador com 42.000 Cavalos, o segundo terá mais 42.000, enfim nos instalaremos aproximadamente . . . . 280.000 cavalos com, fator de 0,7. Nós produziremos mais ou menos 1 bilhão de 200 milhões de kWh por ano quando todas as usinas estiverem em funcionamento. De modo que fomos obri-

gados a construir estas usinas com recursos próprios e não pedimos nenhuma ajuda do governo até hoje.

Eu pergunto, seria justo uma taxaço para uma companhia com esta responsabilidade. Desde que uma Cia. como a nossa que assume a integral responsabilidade da execuço do seu programa de energia elétrica, automaticamente deveria haver, nesta lei, uma cláusula de isenço.

DR. ROMULO ALMEIDA — Bom, eu me permito sugerir que esta questào seja debatida em separado, pois é outra questào. Aliás o próprio projeto do govêrno, de certa maneira, dá um prêmio àqueles que fizerem êste esforço de capitalizar para suprir a falta de energia fornecida pelos concessionários, porque reduz a 50 % a incidência. Isto significa que, no caso da tonelada de alumínio da Cia. Brasileira de Alumínio, em vês de 200 cruzeiros são 100 cruzeiros por tonelada, o que significa que a incidência dessa taxaço sôbre o custo da tonelada de alumínio se reduz a menos de 0,5 %.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — A propósito da observação do Dr. Carvalho, não vai necessitar maiores discussões porque esta cláusula que era constante do projeto originário, deixou de existir quando passou pela Câmara, de modo que hoje não nos preocupa e também não deve preocupar ao Dr. Miguel Carvalho, já que vai possuir usina própria.

DR. MIGUEL DE CARVALHO — Mas aí é que está outra dificuldade.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Mas o Sr. não vai ter usina própria?

DR. MIGUEL DE CARVALHO — Sim.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Então o Sr. não contribuirá para o Fundo de Eletrificação.

DR. MIGUEL DE CARVALHO — Mas nós utilizaremos energia própria e também energia adquirida.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Tem a palavra Richard Herzer de Minas Gerais.

ENG. RICHARD HERZER — Eu segui com muito interêsse estas observações sôbre a aplicaço da taxa, porque na aplicaço nós vamos ver a vida ou a morte da Indústria de Alumínio no País. Mas antes de fazer um comentário eu quero fazer uma pergunta ao conferencista, qual é a significaço do dado aqui acima de 400 milhões de cruzeiros. Isto representa o orçamento do impôsto único, mais impostos adicionais por ano?

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Qual a página?

ENG. RICHARD HERZER — Página um, primeira página — Contribuiço orçamentária 400 milhões...

DR. HENRIQUE ANAWATE — E' uma contribuiço anual do Govêrno Federal à constituço do Fundo de Eletrificação.

ENG. RICHARD HERZER — Não inclui impôsto único?

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Não, o Fundo de Eletrificação se compõe de três parcelas diferentes; adicionais de imposto de consumo que está sendo criado, e que vai ser aplicado a partir do ano que vem. O imposto único sobre o kWh, que é o que estamos discutindo e a contribuição orçamentária do Governo Federal. A soma destas três parcelas é que constituirá o Fundo Nacional de Eletrificação.

ENG. RICHARD HERZER — Sendo o terceiro somente um décimo das necessidades, não é? As necessidades são de 4 bilhões por ano não é, para cumprir o programa atual.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — O primeiro ano está previsto, o Sr. poderá ver na pág. 4 para facilitar a discussão. Na página 4 o Sr. tem a composição de toda esta arrecadação. Na primeira linha está a arrecadação que o Governo Federal terá com a sua parcela de 40 % sobre o imposto único.

ENG. RICHARD HERZER — No meu falta esta página (risos). Então eu queria saber se o orçamento do imposto único indica qual proporção do imposto na categoria de 10 centavos e qual a proporção na categoria de 1 centavo? Qual a proporção do total de kWh consumidos no país?

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Infelizmente não há ainda uma estimativa a respeito.

ENG. RICHARD HERZER — Porque isto é fundamental. Se para chegar ao total necessário para construir essas usinas precisa a maior parte do imposto ser da categoria de 10 centavos, então as autoridades serão obrigadas de interpretar para cada indústria de forma a fazê-la na categoria dos 10 centavos. Se de outro lado houver sobra de rendas então a interpretação pode ser mais liberal.

DR. ROMULO ALMEIDA — Eu queria prestar um esclarecimento a este respeito. É que a estimativa de receitas se basearam num aumento progressivo do consumo industrial e num crescimento progressivo da indústria básica, quer dizer, sobre as quais o imposto será menor. A estimativa de receita é muito prudente para prever isto. Uma das aspirações do plano é exatamente a necessidade de massa de energia para a indústria básica.

ENG. CATULO BRANCO — Mas é onde falta mais em São Paulo-Rio.

DR. ROMULO ALMEIDA — Não, é em todo o Brasil.

ENG. CATULO BRANCO — Mas onde falta é aqui, aqui é que está faltando.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas naturalmente, aqui se faz um plano substancial para São Paulo e o Rio.

APARTE — Para apenas para 50.000 kW por ano, foi o cálculo que eu fiz.

DR. ROMULO ALMEIDA — Não estou preparado para lhe dizer, mas isto também é uma questão da parte geral, eu acredito que não resolva, mas o plano também não é para resolver tudo,

o plano é para ajudar e também para contribuir no sentido de evitar a atual congestão que ameaça São Paulo.

APARTE — Isto já é quasi colapso, não é congestão. (risos)

DR. ROMULO ALMEIDA — E' preciso inclusive ir para o interior de São Paulo, decentralizar para outros pontos. Já anotei a lição do Prof. Tharcisio, a quem admiro e muito respeito, mas acredito que isto não estava fora dos modestos conhecimentos que já pude adquirir.

Mas as condições históricas, isto eu poderia responder ao Prof. Tharcisio, que há condições históricas, condições de ordem institucional, que determinam a localização das indústrias. E' claro que há pontos ótimos. Mas há certas condições históricas, de maneira que não há nenhum conflito, a idéia de descentralizar, sobretudo em função de fontes de energia, é perfeitamente respeitável, perfeitamente compreensível.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Antes do Dr. Roberto Jafet intervir nos debates, eu pediria a todos novamente que fizessem a sua inscrição, uma espécie de fila.

DR. ROBERTO JAFET — Ainda dentro da primeira etapa, somente na questão do preço, não entrando no mérito do plano, eu gostaria de pedir esclarecimentos tanto ao ilustre conferencista como ao presidente da mesa. Primeiro o presidente da mesa declarou que seria uma questão de coeficiente a divisão entre os custos primários ou do produto final. Quer dizer que a incidência sobre o custo primário teria um preço e no produto final teria outro. Esta foi uma das dúvidas que mais nos saltou, todos os interessados na indústria metalúrgica de São Paulo. Fui daqueles que defendi este ponto de vista junto aos meus colegas. Folgo saber que este é também o pensamento de um dos autores do projeto. No entanto, não vejo que seja tão simples a separação desses custos. Gostaria, tanto o conferencista como o presidente dos trabalhos, que nos esclarecesse se uma questão simples de coeficiente não estaria sujeita a oscilações dos produtos, das qualidades, bem como dos respectivos preços. A segunda questão, que me parece um pouco duvidosa, é quando o presidente dos trabalhos, o ilustre conferencista e alguns dos aparteantes desta noite, tomaram como questão pacífica que com o aumento da produção de energia elétrica automaticamente o preço iria diminuir, houve mesmo quem se referisse sobre o vale do Tennessee. Creio que em absoluto não podemos fazer um paralelo nem mesmo uma comparação neste sentido. Onde mais nós necessitamos de energia no Brasil é exatamente em S. Paulo-Rio. O próprio presidente dos trabalhos da mesa declarou que com as instalações a serem executadas pelo Plano de Eletrificação não serão suficientes para a demanda que está sendo solicitada pela indústria de São Paulo-Rio. Ora, a energia elétrica é como qualquer outra mercadoria, está sempre sujeita à lei de oferta e procura. Havendo procura, naturalmente o preço estará sujeito

a esta demanda. Quero crer mesmo que não vejo possibilidades com o aumento de produção, que vamos ter uma energia elétrica mais barata que a atual, resalto mais uma vez, não estou entrando no mérito do plano, somente na questão de preços. Não creio que o preço virá abaixar ao contrário é um novo impôsto de maneira que o preço deverá ser mais elevado. Por último ouvi também que a descentralização seria interessante para o país em todos os sentidos. Se São Paulo e Rio não fossem aquinhoados com a quantidade de energia que necessitamos, outros lugares o seriam. No entanto eu pergunto como engenheiro e como técnico: qual é a mercadoria de mais fácil transporte? Qual é a mercadoria que tem o transporte mais barato, que nós conhecemos? Dentro do meu saber, ainda é a energia elétrica. De maneira que queria resaltar e pedir um esclarecimento ao ilustre conferencista. Si não fosse mais interessante trazer energia elétrica onde há a demanda e não levar fábricas onde existe energia elétrica?

DR. PLINIO DE QUEIROZ — Muito bem!

DR. ROMULO ALMEIDA — Eu tenho muito prazer em discutir pontos tão objetivos como estes apresentados pelo Dr. R. Jaffet. Eu acredito que haja dificuldades de ordem prática para distinguir os coeficientes de energia, consumida nos vários estágios de uma indústria integrada. Acredito também que haja dificuldades de ordem prática na fixação dos coeficientes de energia no custo do produto total, em consequência de oscilações de qualidade, preços diversos que entram no computo do preço global de custo. Essas são questões práticas que sempre existiram, existem até em todos os impostos ad-valorem. Por isso se estabelecem muitos métodos para contornar as dificuldades, como o das pautas. Quer dizer, estabelece-se uma estimativa que tem validades durante um período um pouco mais longo, que admite reajustamentos ocasionais, ouvindo os interessados. As dificuldades para a distinção dos coeficientes na indústria integrada, essas dificuldades naturalmente os Srs. conhecem mais do que eu, e os Srs. devem advertir quanto a isso, inclusive devem aconselhar ao govêrno sôbre os dispositivos regulamentares tendentes a contornar estas dificuldades, já que os senhores não tiveram tempo de apresentar as suas observações ao poder Legislativo ou até mesmo ao poder Executivo. O que devo dizer e fiz exposições sôbre as linhas gerais do projéto em vários centros da indústria privada. Naturalmente sei que a elaboração das idéias, como para nós foi lenta, é lenta para todo o mundo.

Por isso mesmo não é possível se fazer uma coisa perfeita, a não ser num tempo infinito, quer dizer, no céu.

ENG. PLINIO QUEIROZ — Dá licença para uma explicação? O Conselho de Águas e Energia do Estado de São Paulo, do qual eu faço parte, mandou um parecer que eu tenho aqui no bolso, não foi nem tomado em consideração.

DR. ROMULO ALMEIDA — Doutor eu não conheço este parecer.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Bom, foi mandado ao Presidente da República, ao Ministro, e a toda companhia. (risos)

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas eu posso dizer que todos os documentos, que aparecem na Presidência da República a respeito, foram levados na devida consideração.

DR. ALDO AZEVEDO — O parecer foi enviado ao Legislativo.

DR. ROMULO ALMEIDA — Ao Poder Legislativo?

DR. ALDO AZEVEDO — Ao Poder Legislativo.

DR. ROMULO ALMEIDA — Agradeço a informação do ilustre Dr. Aldo, porque na Presidência da República não apareceram taes documentos. . .

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Eu mandei, eu Plinio de Queiróz cidadão brasileiro. (risos)

DR. ROMULO ALMEIDA — Bem, eu lamento muito, mas. . . mas devo dizer que até procuramos acompanhar os documentos pelo noticiário da imprensa, quanto mais os documentos que eram dirigidos a Presidência da República. Agora o fato de que não aceitamos algumas sugestões decorre, muitas vezes, não porque condenemos as sugestões, mas é porque as vezes eram sugestões que se desviavam da linha do projéto que foi adotado.

DR. PLINIO QUEIRÓZ — Certo. . . claro. . .

DR. ROMULO ALMEIDA — Isto é claro. Outra coisa, outro problema. Sempre há uma justificativa em cada idéia. Mas preciso dizer que nosso grupo não trabahou com nenhuma idéia prefixada. O grupo trabalhou com espírito de pesquisa. Quer dizer, o de encarar o problema sem compromisso com qualquer solução. . . O problema era produzir energia no Brasil, e produzir ao mais baixo custo possível.

Bem, o Dr. Jaffet apresentou ainda uma outra observação de extrema importância, uma observação de análise econômica. A saber, de que o aumento de produção de energia não leva automaticamente à diminuição do seu custo. Esta é uma proposição que tanto é válida como inválida, dependendo dos outros pressupostos. Eu me permito dizer de que aceito plenamente essas observações, e que não a considero em contradição com o que eu disse, e vou explicar porque.

Agora, aceito, não pelo argumento de sua Excelencia, de que a produção de energia, como qualquer outra, tende a obedecer à lei da oferta e da procura. A meu vêr, os dois fatores importantes que governam o custo da energia produzida são: Em primeiro lugar a escala de produção. A escala de produção dentro do Plano Regional ou Nacional é um fator que tende seguramente, matematicamente, a reduzir o custo unitário da energia. Se nós partimos do pressuposto, que a indústria de energia é uma indústria que pressupõe a grande escala de produção, o que implica em que o plano amplo e regional de Produção de

Energia, em vez de iniciativas isoladas, pressupõe um aproveitamento mais racional dos recursos, das fontes energéticas. Temos como consequência uma redução do custo unitário. Muito bem, portanto esta redução do custo unitário requer investimentos massivos sistemáticos, oportunos. Coisa que não é dado à iniciativa dispersa ocasional que atualmente é possível, quando não seja por outros fatores, pelo fator da inflação, que é um grande fator a reduzir a capacidade privada para aplicar em energia.

Agora, o outro fator que governa a produção da energia e que muitas vezes anula o fator da grande escala de produção, é uma certa tendência a custos crescentes, que é semelhante à lei que governa os custos crescentes na Agricultura e os custos crescentes na mineração. Quer dizer, também em energia, partindo de uma demanda em São Paulo, a tendência é aproveitar em primeiro lugar as fontes que são mais fáceis e mais baratas. Isso não é uma contradição com a proposição de que o Plano Nacional tende a reduzir os custos, porque qualquer que seja o processo de ampliação do parque de produção de energia, uma vez que se esgotem as fontes de energia de mais fácil aproveitamento, tende-se a chegar às fontes de custo mais elevado. Se os senhores tiverem por exemplo um aumento da produção da energia em São Paulo, dependendo de fontes de energia de custo de aproveitamento mais elevado do que as obras antigas da Light, é evidente que a Light não vai dividir a tarifa, a tarifa produzida pela antiga usina e a tarifa produzida pela nova. A Light tende a fazer uma média, e essa média vai crescer o preço de energia. Si não houver portanto fontes disponíveis de energia fáceis perto de São Paulo, a baixo custo, é evidente que o custo de energia em São Paulo tende a crescer. Portanto, a vantagem da indústria se localizar aqui vai se perdendo em comparação com outras localizações mais próximas de fontes de energia mais barata.

A vantagem de transportar energia de longa distância em vez de obter energia cara in loco está também evidenciada, e tanto que o Plano levou em conta, que o Plano prevê transporte de energia das minas de carvão de Sta. Catarina para S. Paulo, através desta gigantesca linha de transmissão que está aqui projetada.

APARTE — Acima de uma certa distância o transporte de minério é mais barato que o da energia elétrica.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas é uma questão de margem, meus senhores, é uma questão de margens, pois os engenheiros e economistas se encontram nessa noção do marginal, do incremento e do decremento marginal, é uma questão de achar o corte das duas curvas. E' uma questão que só se pode estudar em cada caso. Nós estivemos estudando muito, minuciosamente, ouvindo vários técnicos, a questão de montar uma usina de energia térmica em Santos ou no Rio em comparação com uma



usina na boca da mina. Isto foi um estudo muito longo, o próprio Dr. Mario da Silva Pinto mostrou-nos estudos preliminares segundo os quais talvez fôsse mais conveniente transportar carvão para Santos, sairia mais barato. Entretanto a conclusão final dos engenheiros e dos calculistas foi de que era mais conveniente transportar energia pelo fio. Porque além do transporte da energia se comportar favoravelmente em comparação com o transporte do carvão, ela ainda permitiria as sangrias ao longo da linha. Quer dizer uma grande vitalização de toda essa linha.

Da maneira como veio a lume, é possível que haja muitos erros, eu acredito que haja, sei bem que os há e sabemos mais o seguinte, de que o ótimo é o inimigo do bom. Por isto procuramos tocar, porque depois a própria experiência dos senhores vai trazendo luzes para o Congresso apresentar emendas e depois o próprio govêrno, na regulamentação, resolver certas dificuldades, ou apresentar um novo projeto para retificar o anterior, tudo isto é possível. E' assim que o nosso povo caminha. E' aprendendo dos seus próprios êrros.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — A primeira pergunta do Dr. Jaffet, vem a propósito porque a muito estava desejando a palavra para abordar um ponto que o Dr. Romulo também abordou no princípio da discussão. Aquestão da interpretação da influência da Energia Elétrica no produto, trouxe, segundo a colaboração do Dr. Romulo no momento, uma nova interpretação a êsse ponto. Eu sou responsável por esta interpretação e o Dr. Jaffet sabe muito bem e a tal ponto minha convicção era forte que penso que conseguí influencia-lo. Bem, vou tentar novamente demove-lo e talvez ao Dr. Romulo. Eu estou com o Diário Oficial do Congresso, que dá a redação final do F.N.E. Pode ser que eu esteja enganado mais uma vez, mas eu quero lêr para todos ouvirem e apelo para que me ajudem a raciocinar para vêr se não há algum engano, de minha parte.

«ARTIGO 4.º, Parágrafo 1.º». No cômputo da produção anual a energia elétrica consumida por qualquer indústria, (não menciona produto) exclusive o impôsto único, participar necessariamente com mais de 5 com menos de etc. etc. Agora eu pergunto qual a interpretação exata desta lei? Eu ponho o problema à discussão.

DR. ROBERTO JAFFET — Uma indústria como estava frizando o Dr. Tharcisio, uma usina integrada ela não é uma indústria, são várias indústrias dentro de uma unidade. Essa é a única interpretação que posso tomar, porque eu não poderia conceber, por exemplo, que o ferro gusa fosse na mesma taxa, que o produto laminado, de maneira que quero crer, como aliás o Dr. Romulo confirmou, que o espírito da lei era exatamente como eu pensava antes, que deveria-se diferenciar o impôsto de acôrdo com a incidência do custo da energia sôbre o valor do produto. O Sr. poderia em uma usina integrada, em uma dada época não

produzir o produto final por uma questão de crise, inflação ou um agravante estrangeiro ou outras influências do mercado.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Nesse caso qual seria seu produto?

ENG. ROBERTO JAFFET — Seria, vamos supor ferro-gusa, e nesse caso teríamos uma incidência X. Caso seguinte poder-se-ia vender somente lingotes.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — O seu produto seria o lingote.

ENG. ROBERTO JAFFET — Não, eu creio que não, a incidência do gusa seria uma, a incidência sobre o consumo do lingote seria outra. Eu peço então a participação do presidente da mesa para esclarecer definitivamente esta questão.

DR. ROMULO ALMEIDA — Positivamente o espírito do projeto é êsse. Positivamente não se poderia entender do contrário. Agora é possível que a letra da lei suscite dúvidas, mas se a letra da lei suscita dúvidas, é muito fácil, na regulamentação, serem afastadas essas dúvidas. Muito fácil porque, notem bem, não é uma interpretação forçada, não, se o projeto estabelece uma tabela regressiva conforme a participação da energia no custo total, segue-se que o projeto contemplou cada fase de indústria. Não importa que as várias fases da indústria estejam em departamentos ou em empresas separadas do mesmo grupo. Tenho a impressão que é uma questão puramente de interpretação, até porque não se poderia compreender que essa lei, que apresenta tal tabela regressiva, desejasse estabelecer um fator de irracionalização na evolução da indústria para a integração, um retardamento no sentido da integração. Eu creio que é um problema simplesmente na regulamentação.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — O Sr. me permite um aparte, Sr. presidente.

DR. ROMULO ALMEIDA — Sim, pois não.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Uma pessoa isolada, como é no seu caso no Rio Grande do Sul, lendo o texto da lei, tinha que procurar o espírito da lei dentro do que estava escrito, e eu confesso, procurando o espírito da lei dentro do que estava escrito eu não tive outra interpretação, e aliás se eu estou enganado, como disse no início da minha exposição, eu dou a mão à palmatória. Agora é preciso, que quando se legisla, fique pelo menos o mais claro possível para não haver dúvidas. Rui Barbosa, tem um belo trabalho falando de lei, do está escrito e do espírito da lei. O espírito da lei tem que ser procurado dentro e não fóra do que está escrito.

DR. ROMULO ALMEIDA — Estou de acôrdo mas...

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Se o assunto ficar em debate, eu garanto que nós vamos ter dois partidos aqui dentro. (risos)

DR. ROMULO ALMEIDA — Bom, então isso já se transforma em congresso jurídico. (risadas)

ENG. ROBERTO ROCHA VIEIRA — Eu queria um esclarecimento do Dr. Romulo Almeida. No plano de Eletrificação, o custo do kW instalado foi avaliado, conforme o caso, de 6 a 8 mil cruzeiros, eu desejo saber, a grosso modo, qual foi a base desta estimativa, e qual o dolar calculado para a importação do material correspondente a êsse plano.

DR. ROMULO ALMEIDA — O dolar calculado de acôrdo com o dolar para importações oficiais, agora, eu vou vêr se aquí não estão publicados. . . (pausa) não aquí não foram publicados, só foram publicadas algumas tabelas para cálculos mas não foram publicadas estas. Nada posso dizer sôbre minúcias no caso, mas êsse grupo de engenheiros e de economistas, com experiência real na indústria da eletricidade, examinou os custos calculados de todos os projetos submetidos à Comissão Mista e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, dos projetos mineiros, Riograndenses, dos projetos paulistas e projetos particulares, êles consideraram ainda o custo conforme seu conhecimento pessoal em cada caso; e quando êles não tinham maior conhecimento, fixavam uma média mais elevada, êsse foi o critério. Aliás em alguns casos êles previram um orçamento mais elevado do que o calculado por certas emprêsas particulares, no caso por exemplo aquí do Salto do Paraíba. A Servix dava, por exemplo uma estimativa um pouco menor, mais, prudentemente, o Plano previu o custo para kW instalado um pouco maior do que a Servix realmente estimava.

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Êsse custo do kW instalado no plano se refere apenas na sua parte de geração e transmissão ou engloba também a parte de distribuição.

DR. ROMULO ALMEIDA — Não, não engloba a parte de distribuição.

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Bom, então é razoavel, porque com a parte de distribuição realmente o custo de 8 mil cruzeiros por kW é pequeno.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Dr. Fernando Carlos Larrabure está querendo dar um aparte.

DR. FERNANDO C. LARRABURE — Eu desejava apenas fazer um protesto. Eu julgo perceber nas palavras de alguns dos colegas uma desconfiança na capacidade, técnica e administrativa que o govêrno federal em realizar um serviço, com baixo preço e grande eficiência, e isto me choca. Por isto eu desejava apenas lembrar o exemplo da Central do Brasil, do Lloyd e da Assistência Social. (palmas).

DR. ROMULO ALMEIDA — Acho muito interessante estas manifestações, confesso que sou um homem que aprecio e sempre tenho defendido a iniciativa privada. Mas sempre me defendí contra o folclore e considero uma das manifestações mais típicas de folclore econômico, essa de que o custo da iniciativa privada é sempre menor do que o custo da iniciativa pública.

Isto, meus senhores, no meu entender, só se dá quando se trata de atividades em que o produto não é homogêneo, em que a organização é complexa, mas não se dá num caso de atividades em que há concentração de capital em grande investimento por produto e mão de obra, em que o produto é homogêneo. Agora, evidentemente há um fator de ineficiência na administração brasileira, na administração tradicional. Mas esse fator de ineficiência, como os Srs. percebem, tem sido superado pelo Estado na organização de suas empresas mixtas, não em todas, mas também é preciso considerar de que é muito comum esse espetáculo de ineficiência na própria iniciativa privada. Em relação à indústria de eletricidade apreciaria indicar aos Srs. o caso da Cia. Hidro Elétrica de Paulo Afonso; não creio que nenhuma organização privada no Brasil tenha manifestado tal grau de eficiência como a Cia. Hidro Elétrica, até porque nunca houve no Brasil, no meu entender, qualquer iniciativa pública ou privada que exigisse maior dose de capacidade de organização do que a Cia. Hidro Elétrica de Paulo Afonso, que representa um verdadeiro desembarque na África, é a maior operação logística da história econômica do Brasil.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Sim, um desembarque na África. (risos)

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas V. Excia. se esquece que a África é a grande produtora de fosfatos.

DR. PLINIO DE QUEIROZ — Eu sei!... de energia elétrica...

DR. ROMULO ALMEIDA — E de urânio...

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Aliás não podemos confundir energia elétrica com energia hidráulica. Nós não temos energia elétrica, nós temos é energia hidráulica em estado potencial.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Dr. Plínio, espere a vez para o seu aparte.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Se eu não posso falar, eu vou embora. (risos)

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Dr. Luiz Vilares.

ENG. LUIZ VILARES — Em primeiro lugar quando se falou aqui da porcentagem de incidência no custo de energia elétrica na metalurgia, acho que houve um engano bastante grande em confundir a indústria metalúrgica com a indústria siderúrgica. Na indústria metalúrgica, o preço de eletricidade seja barato ou caro, não tem quasi importância nenhuma. Na indústria siderúrgica é muito mais importante, pelos cálculos que eu faço, inclusive na redução de minério pelo processo elétrico, também o valor é baixo, eu estou convencido que de fato o que o Dr. Romulo disse, e que é de conhecimento geral dos industriais, ter eletricidade é que é o principal. Anos atrás nós pagávamos à Light um preço de 200 réis, ou 300 réis por kWh e achávamos caríssimo, porém a indústria se fez, com essa energia que nós todos reclamamos da Light como sendo cara. No fundo esta ele-

tricidade em abundância foi o que fez São Paulo grande. O preço é muito secundário, na indústria siderúrgica, redução de minério direto de fato tem uma influência muito maior. Nós temos um recurso no alto forno, é o carvão e que não gasta eletricidade e há de se arranjar alguma coisa, porém a incidência é pequena. Eu estou convencido que estes valores que estão aqui, se bem que eu lutarei contra eles, no sentido de procurar baixá-los e adaptá-los melhor, não tem uma influência muito grande. Um ponto muito grande, muito importante, também já abordado, é o seguinte: a incidência do custo de energia sobre o produto, por exemplo, o guza saindo do forno, sobre o aço, ou sobre o produto final da indústria. É um ponto muito difícil, e nós podemos imaginar as dificuldades que vai haver quando os fiscais entrarem nas nossas indústrias e quizerem saber qual o custo sobre qual incidirá o impôsto. Mas isto terá que ser regulamentado e acho que nós temos que nos defender nesse sentido, para conseguirmos um regulamento inteligente, que funcione e vamos ter confiança que será possível. Eu quero contradizer o ilustre colega Larrabure. Também sou contra o govêrno, vamos dizer em bom português, quando se mete na indústria. Mas neste caso de indústria elétrica, eu não vejo outra saída. Eu sou um grande admirador do que a Light fez no Brasil e defenderei sempre a Light porque acho que ela que fez São Paulo em grande parte. Porém no assunto da indústria elétrica, nós já estamos muito adiantados e precisamos muita energia elétrica. Se êste projeto não atrapalhar a Light e as indústrias particulares, como expôs o Dr. Romulo, eu não vejo razão nenhuma também para não dar oportunidade ao govêrno de pazer qualquer coisa... (risadas) Qualquer coisa no sentido de produzir eletricidade, e eu não vejo razão nenhuma para nos opormos a uma coisa que já está mais ou menos consumada e não termos um pouco de confiança no futuro, porque em parte se o govêrno não fizer alguma coisa nisso e bemfeito, a culpa é nossa. Nós temos responsabilidade, mas a maior parte é do govêrno. Porém se eles fizerem mal feito a culpa é nossa também, nós temos que assumir parte da responsabilidade. (palmas)

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Com essa intervenção do Dr. Vilares eu dou por encerrada a primeira parte e como já está um pouco tarde, vamos iniciar a discussão do plano em seu projéto. Como os Srs. sabem as leis apresentadas até hoje a respeito constituem primeiro a formação do Fundo de Eletrificação depois o Plano Nacional de Eletrificação e por fim uma mensagem criando as Centrais Elétricas brasileiras ou Eletrobrás. Como o assunto é tão pouco conhecido ainda, eu pergunto ao Dr. Romulo que já expôs alguma coisa sobre o assunto, se êle quer fazer um pequeno resumo para encaminhar os trabalhos.

DR. ROMULO ALMEIDA — Creio que o assunto está bem esclarecido. Eu anotei aqui umas observações do conferencista

da noite, aliás fez uma exposição muito clara, muito interessante, muito inteligente. Sua Excia. por exemplo, falou do descaso do govêrno Federal, ora êste descaso do Govêrno Federal realmente não existe, êle mesmo apresentou várias iniciativas do Govêrno Federal, mas esqueceu de uma muito importante, é o Banco Nacional de Desenvolvimento, que está financiando um número de projeto muito grande e está garantindo, tanto êle como o Banco do Brasil, está garantindo muitos financiamentos no estrangeiro ; e afinal a própria preocupação do Govêrno Federal, fazendo êste Plano. Quero acentuar que mais importante do que qualquer defeito do Código de Águas é o fator inflação, que tem detido a inversão particular em energia. Não é que a rentabilidade dos investimentos em energia no eixo Rio-São Paulo seja baixa, não é absolutamente baixa, é uma rentabilidade muito considerável, ela é baixa em relação à rentabilidade que têm as indústrias de consumo e sobretudo as aplicações especulativas numa época de inflação. E' aliás, o mesmo fator que reduz a fôrça atuante, no sentido da implantação da indústria pesada. Também a indústria pesada não tem rentabilidade alta e sofre muito das condições inflacionárias. Mas é preciso considerar que, abstraindo êste fator, a rentabilidade das aplicações de energia no Rio-São Paulo é muito alta, basta que os srs. levem em conta o seguinte : que a tarifa é calculada para o fator de carga normal e nós sabemos que o fator de carga atingiu a pontos culminantes quasi que em todo o mundo, mormente em S. Paulo.

Agora, se os srs. acrescentarem outro fator, de que estas Cias. trabalharam com Capital de esmpréstimo, que foram amortizadas na tarifa e depois transferiram capital de empréstimo para conta de capital, passando então a perceber remuneração por êsse capital que já foi amortizado, que já foi pago, então os Srs. vêm que a rentabilidade em relação ao capital original não tem nada de baixa. E' pelo contrário muito alta. Outra coisa que é também folclore, é dizer que não há facilidade de Govêrno. Pelo contrário, o Govêrno tem dado as facilidades cambiais, as mais liberais do mundo, do mundo, para a remessa dos rendimentos das aplicações de capital, no Brasil, em eletricidade. Eu desafio quem apresente um país da categoria do Brasil, no mundo, com as dificuldades cambiais de um país em desenvolvimento e que tenha favorecido as remessas de capitais estrangeiros, muito até de capitais nacionais transformados em estrangeiros, como o Govêrno brasileiro tem favorecido. Portanto não há falta de estímulo ao capital particular.

ENG. DIMETRI IVANOFF — No entanto há um movimento para a nacionalização. A Light foi proibida de entrar nos Estados Unidos.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas como proibida? Ela está criando companhias nacionais. Ele não está proibida, ela está criando companhias nacionais. Não há êsse problema, o que

há realmente é o seguinte : é que ela tem feito um esforço enorme mas não tem feito face à falta de capitais que queiram se aplicar em energia numa época de inflação no Brasil. E num país que, além da inflação, tem uma carência de capitais enormes para atender ao crescimento da demanda que é muito maior que a taxa de crescimento de sua população. Os Srs. sabem que nós somos um país que ao contrário de estarmos à beira de um abismo como há 50 anos se fala e cada dia se fala com ares mais dramáticos, é um dos países que apresentam um dos índices mais altos de crescimento em qualquer parte. Nós estamos com o crescimento da renda nacional, per capita, de cerca de 5 % anual, quando o crescimento da população...

DR. MIGUEL C. DIAS — Descontada a inflação ?

DR. ROMULO ALMEIDA — Descontada a inflação. Em termos reais, é cálculo não nosso, é cálculo das autoridades econômicas internacionais. Os Srs. vejam os estudos da CEPAL sobre a economia brasileira. Basta compulsar os documentos internacionais, baseado em critérios uniformes para vários países. Agora, a nossa crise é pelo seguinte : há um crescimento de aspirações populares que determinam um crescimento de demanda que não pode ser satisfeito pelo parque de produção que nós temos. E porque não pode ser satisfeito ? Uma das razões principais é porque não temos energia. Essa é uma das razões principais. Porque acredito que o próprio capital atualmente empregado no Brasil em indústrias básicas, em indústrias de transformação, aumente muito sua eficiência, quando nós desenvolvermos as fontes de energia no Brasil, quando tivermos uma política de energia no Brasil. Essa questão nos levou à discussão de problemas muito gerais. Confesso minha sedução para entrar nêles, inclusive porque eu quero ouvir os senhores, eu vivo de aprender estas coisas, eu quero aprender.

Um outro aspecto importante neste projeto é o seguinte : o projeto partiu do pressuposto que é preciso afastar as ilusões de que, na marcha atual das iniciativas particulares e das iniciativas públicas locais, seja possível acompanhar a demanda da energia. Afastou-se dessas ilusões. Eu acredito que alguns dos industriais paulistas se queixam do fato de que o Governo não adotou a solução que êles apresentaram. Mas, senhores, devemos apresentar uma homenagem à iniciativa da indústria paulista, que ainda reflete aquele espírito luminoso e pioneiro de Roberto Simonsen, os quais, verificando que a Light e a iniciativa pública local não eram capazes de atender às necessidades de energia, se prontificaram a criar uma empresa para gerar energia e pediram o apoio do Governo Federal. E' claro que o Governo Federal lhes devia dar o apoio, o que aliás êste projeto, direta ou indiretamente, lhes dá, mas sobretudo lhes devia dar um apoio direto se o Governo Federal não estivesse pensando muito além. Agora, o que era o projeto da Federação de São Paulo ?

O projeto da Federação de São Paulo é o projeto de uma Cia., se não me engano, com um capital de um milhão de contos.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Mas, ao que me refiro foi agora, foi a pouco.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas, com este capital, como os Srs. vêm, se nós computarmos a produção de energia e a distribuição, teríamos apenas cerca de 80 mil kW instalados. Em quantos anos? Cinco anos, nada menos de cinco anos, a não ser usinas térmicas. A Federação das Indústrias de São Paulo apelava para o apóio de capitais públicos. Onde estão estes capitais? Os Srs. sabem melhor que nós de que capital não é impressão de dinheiro, aliás a Federação estava longe de propôr uma coisa destas, e que também o orçamento público não estica. Não há jeito de esticar. Todos os esforços são feitos para isto, mas não é possível. Então a Federação apelava para os capitais institucionais da União, os capitais das caixas Econômicas, dos Institutos de Previdência. Nada mais justo. E' o próprio Governo Federal que tem feito os esforços no sentido de orientar as aplicações destas instituições para finalidades mais econômicas do que aplicações em grupos imobiliários, em grandes grupos imobiliários, nas grandes capitais. Mas infelizmente, certos fatores de ordem histórica e certos fatores de ordem econômica imediata, na organização destas instituições, na operação destas instituições, além de políticos poderosos, que não estão no alcance do Governo Federal remover, impedem completamente que se possa utilizar uma grande soma desses capitais para fins desta natureza. E' somente analisar e vêr que não é possível. Porque, se fôsse possível, o Governo não precisaria propôr essas taxações para lançar seu Plano Nacional de Eletrificação. De maneira que o Governo tinha, então, que fazer um plano e em segundo lugar ter recursos para o plano. Como ter recursos para o plano?

Ora, os Srs. perguntarão, porque que não utilizam os recursos do orçamento comum? Meus senhores, aqui reside um dos reais problemas desse país. Problema de que pouca gente está alerta, e que eu recomendaria ao exame dos senhores. Realmente, um dos maiores problemas, ou talvez o maior problema econômico do País, é a eficiência do orçamento público de investimentos. A meu vêr tem importância secundária o argumento que aqui foi trazido pelo ilustre conferencista, quando invocou Colin Clark, a respeito da taxa de tributação na renda nacional. Esse argumento, me permita o ilustre orador, não tem importância, a não ser com qualificações. Evidentemente, se o Estado, consideradas todas as entidades públicas, participa em mais de 25 % da renda nacional, para manutenção de serviços tradicionais do Estado, isso é um desastre econômico, é o desastre econômico do armamentismo. Mas, quando o Estado participa de uma porcentagem muito maior, investindo, o argumento está anulado e o próprio Colin Clark considera isso. Agora, o



desastre, no Brasil, não é que o Governo participe em 25 % ou 30 % ou 40 %, como alguns erradamente calculam. Não é isto, não: O desastre no Brasil é apenas de que o fabuloso orçamento de investimentos do Governo Federal e dos Governos Estaduais, é terrivelmente ineficiente. Isso está nas mensagens do Presidente Getulio Vargas em 1951, 52, 53, 54. Agora, isto não é um problema que os Srs. possam supor de que o Presidente da República pode resolver. Não pode, não senhor. Isto é um problema muito sério, de raízes muito profundas. Isto é um problema da nação, não é um problema de um Governo e nem de um Presidente Constitucional. A origem histórica do problema na situação atual é a seguinte: O nosso orçamento é tradicionalmente um orçamento mal feito. Técnica orçamentária primária. Esta técnica orçamentária foi melhorada na realidade com a instituição do DASP, foi melhorada em parte, em pouco, mas apenas começou a melhorar, como começou a melhorar a eficiência na administração comum, através da seleção pelo mérito, através da racionalização de sistema de material, que permitiu, aliás, a racionalização de muitas indústrias. Mas esse processo foi interrompido porque, inclusive por um desses paradoxos da história brasileira, coisa que só acontece talvez no Brasil, o órgão mais atacado como ditatorial quando se estabeleceu a constitucionalização do Brasil foi exatamente aquele que, apesar de ter muitos erros, era o mais democrático de todos, aquele que estabeleceu o regime democrático da seleção pelo mérito etc. e tal. Então desprestigiou-se o órgão do Governo criado na ditadura para racionalizar a administração e então o orçamento passou a ser uma feira livre de influências eleitoralistas. Essa é a realidade pura e simples. E então o orçamento, que já era ruim, piorou muito mais. Depois passaram a influir idéias certas, porém foram formuladas erradamente, como a idéia do municipalismo. Eu me considero com muita autoridade para dizer isto, que sou um daqueles até que já têm diploma como velho municipalista histórico. Essa idéia de que os recursos na nação devem ser atomizados, pulverizados, é a idéia mais propícia para levar o País à estagnação.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — E' o que vai fazer a Eletrobrás. Palavras do Senador Manhães Barreto no Congresso. Exatamente. Pulverizar, está aqui. Vai pulverizar o dinheiro, e foi o que ele disse no Congresso. (risos)

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas senhores...

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Vai pulverizar !!! Vai pulverizar... (risos)

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas nêsse ponto me permita o ilustre engenheiro que discorde, porque pelo contrário a orientação do Plano Nacional de Eletrificação é a de coordenar os investimentos federais com os estaduais e municipais. Quer dizer...

DR. PLINIO DE QUEIROZ — Quer enfeixar na mão do Governo Federal!

DR. ROMULO ALMEIDA — Pelo contrário, botar na mão do Estado e do Município.

DR. PLINIO DE QUEIROZ — Exato, para o Presidente da República distribuir.

DR. ROMULO ALMEIDA — Não, meu senhor.

DR. PLINIO DE QUEIROZ — O Senador Manhães Barreto disse isto muito claramente.

DR. ROMULO ALMEIDA — Bem, eu não quero discutir. Agora o que acontece é o seguinte: se se participar do presuposto, se se partir da suspeita de que todo o dinheiro na mão do Governo tem como objetivo fazer eleição, evidentemente o Governo não pode fazer nada.

DR. PLINIO DE QUEIROZ — Claro!

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas isto é negado pelos fatos. O dinheiro da siderúrgica não é para fazer eleição.

DR. PLINIO DE QUEIROZ — Foi uma excessão.

DR. ROMULO ALMEIDA — E' claro: o dinheiro da Hidro Elétrica não é para fazer eleição e agora mesmo o Governo dá a demonstração na nomeação da Diretoria da Petrobrás, no ano de eleição, escolhendo uma das melhores diretorias que era possível escolher para qualquer emprêsa no Brasil. Diretoria na qual o único homem político, o Cel. Juracy Magalhães, é um homem que, derrotado numa eleição, entra numa Cia., em que tinha larga possibilidade de dar emprego aos seus amigos, entretanto não deu emprego nenhum e ainda diminuiu em grande parte os quadros da Cia. Vale do Rio Doce. Portanto o Governo que age assim precisa de ter confiança do público para agir.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Mas não temos...

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas então das duas uma, ou o Governo não faz nada e ninguém faz, porque ninguém resolve o problema da eletricidade...

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Deixemos o problema a iniciativa privada que se faz energia elétrica.

DR. ROMULO ALMEIDA — A liberdade privada levou ao deficit superior a um milhão de kW de energia.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Não Senhor, foi a intervenção do Governo.

DR. ROMULO ALMEIDA — Absoluta liberdade privada.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Deixem entrar o capital estrangeiro para operar. E' o que fez o Canadá.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas, meu amigo, o capital estrangeiro é outro folclore. Capital estrangeiro está mais saindo do Brasil do que entrando.

APARTES GERAIS — Muito bem, muito bem.

DR. ROMULO ALMEIDA — Essas ameaças não existem, isso vem de muito tempo e não é ameaça nenhuma; si V. Excia. visse

a lei de capitais de Israel e de vários outros países, veria que toda nossa legislação, mesmo aquele regulamento tão condenado de Dezembro de 1951, regulamento interpretativo, é mais liberal do que a lei de investimentos de Israel ou a lei que foi estabelecida no Japão depois da guerra. O que há realmente é muito folclore, a respeito disso. São questões em que é preciso um seminário para discutir. O que eu estou tocando aqui é no problema do orçamento Federal. O orçamento Federal tem hoje mais de 15 ou 16 bilhões em investimentos. Está evidente que se esse orçamento fôsse aplicado num plano, o seu efeito sobre o desenvolvimento da economia brasileira seria fantástico (aparte geral — muito bem) porque na verdade é preciso capitais públicos investidos, visto que o over-head social é decisivo para o desenvolvimento dos próprios capitais particulares e até mesmo para atração aos capitais estrangeiros. E esse over-head social é, por uma tendência universal, um investimento do Estado e ainda mais nas condições peculiares do Brasil. Agora, o que acontece é isto: o país é incapaz de enfrentar o problema dos grandes investimentos públicos, porque esse orçamento de capitais da União, está dividido em milhares e milhares de itens, de interesse distritalista. São pequenos postos de puericultura, é uma estradinha, é um negocinho aqui e acolá.

APARTE GERAL — E' necessário.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas é claro, são cousas todas muito úteis meus senhores.

APARTE — Mas primeiro o Sr. deve permitir a colaboração estrangeira ou então o capital particular para resolver este problema, porque o Estado é incapaz...

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas ninguém meu amigo, ninguém impede.

APARTE — Mas o capital que vai ser empregado aqui vai para o Canadá onde tem maiores oportunidades...

DR. ROMULO ALMEIDA — No Canadá é por outras circunstâncias, por outras circunstâncias que V.Excia. provavelmente não examinou e vou lhe indicar logo uma: O capital americano foi para o Canadá no comêço deste século por causa da tarifa preferencial britânica.

APARTE — Eu creio que no surto atual...

DR. ROMULO ALMEIDA — O surto atual é exatamente porque o Canadá é um país altamente capitalizado, que tem um over-head social muito elevado, tem uma produção fantástica de energia, e tem recursos naturais que o Brasil está longe de ter.

APARTE — Mas está recebendo colaborações...

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas claro que está recebendo, por que o capital vai, onde há condições. Mas não são condições legais. O problema do Canadá são condições econômicas e não legais, este que é o equivoco. Isto é uma balela da propaganda da Standard Oil. Este é o fato. Volto ao problema

que focalizava: essa questão do auxílio distrital, municipal, é muito justo, é muito útil, mas, meus senhores, o que se esquece aí, nessa estrutura atual do orçamento, é o fato de que o mais importante para o mais remoto município brasileiro, é a existência de uma grande siderurgia de fontes básicas de energia, a existência de um grande sistema ferroviário, de um grande sistema de portos de navegação marítima, e de um sistema decente de correios e telégrafos.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Para que tudo isto?

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Dr. Romulo dá licença. Eu pediria à casa para não fazer diálogos com o conferencista.

DR. ROMULO ALMEIDA — E' que é o método mais adequado, parlamentar. . .

DR. PLINIO DE QUEIROZ — Eu não sou parlamentar. (risadas)

DR. ROMULO ALMEIDA — De certa maneira, aliás, a intervenção de V. Excia. amaina a aridez dos assuntos que aqui são discutidos (risadas). Eu folgo muito com essa intervenção.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Eu admiro a habilidade de V. Excia. em defender uma tese tão absurda e um Govêrno tão corrupto (risadas). Formidável, o seu talento e a sua capacidade. E admiro a ingenuidade dos Paulistas. (risos)

DR. ROMULO ALMEIDA — Meu caro doutor, eu não defendo e nem faço apologia. Eu adoto aqui a atitude de apresentar fatos e documentos, eu tenho horror a adjetivos fáceis, sejam pró ou contra qualquer coisa. Não me presto a êste papel. Venho aqui discutir idéias e fatos. Estou apresentando aqui um fenômeno, que é o orçamento brasileiro.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Essencialmente político.

DR. ROMULO ALMEIDA — Essencialmente político. Agora é preciso considerar que o político nada tem a ver com o Presidente. O político ai parece até uma condenação ao Congresso.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Claro, é um dos poderes do País. Políticos! Essencialmente político.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas senhores, o essencial é isso. Já tive ocasião até de dizer no Congresso Municipalista. A tragedia dos investimentos básicos no Brasil é que os correios e telégrafos, estradas de ferro, navegação marítima, portos, a indústria básica não têm donos eleitoralmente. Ninguém é dono eleitoralmente disso. Ninguém os advoga. E' muito natural, eu não estou condenando o Congresso. Estou encarando o problema do ponto de vista econômico e sociológico. Isso é uma etapa da nossa evolução. Um estágio em que a nossa organização política ainda não é baseada em partidos, ideologicamente estruturados, mas na clientela eleitoral local, e no estágio em que, já é um progresso sôbre o passado, em que os diretorios estaduais não ditam mais os candidatos, mas são as preferências

do eleitorado local. Os deputados e senadores precisam distribuir, no orçamento, vantagens aos seus distritos.

DR. PLINIO DE QUEIROZ — Em toda a parte do mundo, na Inglaterra, e outros países.

DR. ROMULO ALMEIDA — E' em toda a parte do mundo, mas em graus diferentes.

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Está certo, está certo se não houvesse interferência do Governo Federal estaria certo. O Governo Federal aqui só atrapalha, como fez em São Paulo.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Eu peço ao Dr. Plinio que não interrompa.

DR. ROMULO ALMEIDA — Eu me recuso a continuar, porque não quero discutir. Não tenho o mínimo interesse em discutir neste clima. Eu estou apenas apresentando aqui o **back ground** do projeto. Explicando como é impossível, dentro da receita normal ou do orçamento normal, introduzir investimentos considerados sistematicamente. E' isto que estou mostrando. Cada um dos itens do orçamento público brasileiro, se os senhores me dão coragem para continuar, representa um compromisso de 10, 20 anos. Porque no orçamento brasileiro é assim: o projeto de uma estrada vai custar 200 mil contos. A estrada se insinua no projeto, com 500 contos, para estudos. No próximo ano com mil contos. Quer dizer não há dinheiro nem para estudo prévio adequado. Mas aquilo é o golpe que dá o deputado ou Senador, premido lá pela sua clientela, para insinuar o projeto. Começam-se as obras, e então o orçamento todo o ano tem que pingar aquela pequena dotação, que dá para alguns metros de estrada. E então assistimos a essa tragedia anual das chuvas levarem o esforço do brasileiro. Então assistimos a êsse fato de que o orçamento de investimentos da União é profundamente inflacionário, porque durante um período tremendo de tempo, êle representa um crescimento de demanda, demandas de produtos de consumo, produtos da Agricultura e da Indústria. Então os senhores tem duas consequências deste sistema: a consequência de que é impossível realizar os grandes serviços do «over-head» social, e a consequência de que, êsse orçamento se torna tremendamente inflacionário. Eis aí as duas perturbações profundas, causadas pelo orçamento público federal. Infelizmente êste fato nem sequer chama a atenção dos estudiosos. Eu fico alarmado com isto. Vejo fazer-se uma onda enorme em tôrno do problema nacional, sem se tocar num dos problemas fundamentais. Sobre-tudo êsse problema está longe da consciência política. Quer dizer, não atingiu a um clima de dramacidade na consciência política, que possa induzir os políticos a uma certa inibição em relação ao orçamento eleitoralista e distrital, para ao menos fazer-se uma pausa no sentido de extraturar o país com aqueles empreendimentos chave de que depende, inclusive, o surto do capital privado nacional e estrangeiro no país. Isto é, ao meu entender,

o real quadro da situação. Devemos, nós que somos economistas e homens de empresa, precisarmos nos defender do folclore econômico. Somos um país infelizmente em que o primarismo muito facilmente comanda os espíritos, inclusive homens de alta categoria, porque infelizmente a imprensa, sobretudo a imprensa do Rio de Janeiro, está muito longe do país. Está muito longe, em especial, dos problemas econômicos do país, de maneira que cria o clima de má informação e confusão que é realmente trágico. Sinto isso a cada dia. Agora, o que nós precisamos é mais espírito de pesquisa em torno dos problemas, porque uma das atitudes mais simples do espírito humano, uma atitude que revela frustração intelectual e muitas vezes moral, é a atitude de incriminar facilmente, uma atitude que é muitas vezes parisiaca, do ponto de vista moral, e que muitas vezes revela a incapacidade de dominar intelectualmente os fenômenos e os problemas. É muito fácil condenar, culpar a «A» ou a «B», a um fato ocasional ou a uma personalidade.

Meus senhores, nesta base, portanto, dado o pressuposto de que o Governo teria que intervir em eletricidade e dado o pressuposto de que o orçamento público não podia esticar para isso, então o Governo teve que sair para uma taxaço. Considerando, que este sobre-custo seria compensado pela produção de energia, que representa não somente a possibilidade de menores custos num futuro, num resultado final, sobretudo dentro de um raciocínio dinâmico, mas sobretudo representa novas avenidas para o desenvolvimento da renda nacional brasileira.

Certos problemas de reajustamento do preço da energia elétrica em relação ao preço de outras fontes de energia é um problema que não tem nada de insanável, nem de estático, porque se não fôr resolvido automaticamente pelos fatores a que eu já me referí, será resolvido dentro de uma política nacional de energia. O que me parece é que este Governo, pela primeira vez na história econômica do Brasil, iniciou uma política nacional de energia. Pode-se condenar certas soluções, não estamos aqui discutindo as soluções parciais, mas que o Governo se preocupe em lançar uma solução para o problema do carvão, uma solução para o problema do Petróleo, uma solução para o problema da Energia. É fato, e ainda, que o Governo mandou estudar também o problema da energia florestal. Portanto está aí o quadro de uma política de energia, que depois se vai coordenar numa política mais integrada, por que isso é uma obra de todo país, e não de um só período governamental.

Agora, a preocupação do plano qual foi? A preocupação do plano foi de abrir condições de disponibilidade de energia para todo o país, através do sistema das grandes centrais e onde esse sistema não fosse possível, nas condições atuais do mercado, através do sistema do apóio à iniciativa local para pequenas centrais. Aliás, esse apóio à iniciativa pública privada

local não está impedido mesmo dentro da área das grandes centrais. O que o Governo Federal diz neste plano é o seguinte: Se os particulares e se os Estados e Municípios não fizerem por si ou com o apoio do Governo Federal, o Governo Federal toma a responsabilidade de fazer este plano das grandes centrais. É isto que o Governo Federal diz. Assim, uma coisa que me parece importante neste plano, é que ele tem bases concretas, do ponto de vista financeiro e técnico. O plano considera o problema das cambiais, porque o plano considera como essencial ao seu êxito a instituição, a fundação no Brasil da indústria pesada do Material Elétrico, para a qual convoca, aliás, já vem convocando desde 1951 a iniciativa particular, através da comissão presidida pelo Gal. Berenhauser. O Dr. Vilarés pode dar este testemunho. O Governo vem convocando, desde 1951, a iniciativa privada nacional e estrangeira. O Governo promoveu a vinda aqui de elementos da Westinghouse, da Schneider e outros grupos. Eu mesmo tive encargo do Presidente da República de conversar com representantes de firmas alemãs, de firmas suíças, juntamente com o comandante Lucio Meira, que aqui está presente. Nós fizemos várias reuniões com diversos elementos. De maneira que o Governo tem procurado estimular a indústria pesada para tornar possível a geração de energia em larga escala no Brasil.

Sei que têm surgido certas dúvidas a respeito da participação de São Paulo nos frutos deste plano. Mas estas dúvidas, me permitam dizer, são injustificáveis. A preocupação primeira do plano, ao projetar os sistemas, foi exatamente atender à demanda atual de energia. O plano não se preocupou em aproveitar fontes energéticas onde houvesse, mas em atender à demanda atual de energia e à demanda potencial próxima, à demanda previsível com o aproveitamento das fontes de energia acessíveis em bases econômicas. Os Srs. vão ver, examinando melhor este plano, que, ao contrário dessas críticas que surgiram, o plano favorece altamente ao sistema econômico ao núcleo econômico de São Paulo. Eis que, além dos empreendimentos que estão projetados, na chamada Zona da Light em São Paulo e na chamada Zona da Cia. Paulista de Eletricidade, o plano prevê a Usina no sistema de Sta. Catarina e do Paraná, a interligação que vem de Sta. Catarina até S. Paulo, trazendo energia para S. Paulo. Prevê a interligação do sistema de Itabapuama, ao norte do Rio de Janeiro. Prevê o desenvolvimento na área do sistema Light do Rio de Janeiro. Prevê a interligação com o sistema do Rio Grande, que vai ser interligado com a CEMIG de Minas. Ora, nesse sistema de vasos comunicantes, meus senhores, está evidente que, o que vai comandar é a demanda, naturalmente levando em conta o sobrecusto de transporte de energia. Mas como esse sobrecusto é desprezível, segundo o testemunho altamente credenciado do Dr. Jafet, como os Srs.

vêm, a demanda da energia é que influe, portanto nesse sistema de vasos comunicantes de energia, o que acontece, é o seguinte: é que o problema da localização da indústria vai ser colocado em bases mais eficientes ainda do que até hoje. Porque o industrial terá uma área cada vez mais larga para localizar a sua indústria conforme o peso dos outros fatores ponderáveis.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Uma pergunta Sr. Presidente. Pretende a Eletrobrás ter um preço único para o kWh ou haverá preços diferenciados para as várias partes do Brasil?

DR. ROMULO ALMEIDA — Eu não estou capacitado para responder a esta pergunta, visto que ela não foi resolvida no Plano Nacional de Eletrificação. Isto é um problema de política de tarifa e que depois se estudará a seu tempo. V. Excia. sabe as tremendas dificuldades técnicas de um problema como este. Agora, como se pode perceber da letra dos projetos e ainda mais da memória técnica das mensagens, o objetivo do projeto é baratear energia.

Aí temos um aspecto importantíssimo: as críticas a respeito da imposição na base de 50% à geração própria de energia. Eu não queria tocar nesse assunto, porque é um assunto que já foi vencido pela emenda do Congresso. Mas me permitam, ainda que ligeiramente, defender a idéia original, ao menos o espírito da idéia original. Também aí é preciso raciocinar dinamicamente. Os Riograndenses raciocinaram face ao sobre-custo de 5 centavos, e que se reduziria a meio centavo, depois da emenda do Congresso, no caso de indústrias com mais de 15% de energia no custo total. Os riograndenses se levantaram, exatamente, invocando uma das razões do próprio plano, que é evitar o superinvestimento privado em energia, superinvestimento este que, como mostrou o orador, é profundamente antieconômico em termos ao menos macroscópicos. Em termos nacionais, profundamente antieconômicos. Portanto, o próprio plano tacha também a energia gerada pelo próprio consumidor, por duas razões: Primeiro lugar, para estabelecer uma certa equalização de preço de custos, naturalmente premiando o que produz, o que foi obrigado a produzir, a energia que consome, mas a segunda razão é para não estimular o pequeno investimento isolado, disperso, par auso próprio, depois que haja provimento público de energia. Portanto, há também uma razão econômica se a gente considerar a coisa no futuro. Porque este investimento, como mostrou o orador, é um investimento anti-econômico, comparado com o investimento coletivo. Quer dizer, essa é a justificação, é a que eu dou aqui à larga, mas também não quero defender isso. É uma solução também muito razoável a que adotou o Congresso.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — O Sr. permite um aparte?

DR. ROMULO ALMEIDA — Pois não, eu permito, não tenha dúvida. Aliás a noite é sua e não minha.



ENG. HENRIQUE ANAWATE — Não, é nossa. À propósito, Sr. Presidente, desta questão de geração própria, não foi pelo sentimento gaúcho e nem porque o gaúcho possui uma grande quantidade de energia própria instalada, mais ou menos da ordem de 120.000 kW. Talvez não haja paralelo em todo o País.

DR. ROMULO ALMEIDA — Não, há não.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Mas, o espírito inicial desta proposição, teve origem no 1.º Plenário da Indústria reunida em S. Paulo em 5/53, e no qual, tomando parte como relator da Comissão de Energia, fui autor da proposição 35, tive em vista não só o caso especial do Rio Grande do Sul, mas toda a indústria metalúrgica. Ela partiu bastante bem do metalurgista, que o levou com bastante consideração. Eu gostaria que o Sr. consultasse elementos presentes que possuem geração própria, como por exemplo o Sr. General Macedo Soares, presidente da Acesita. Sabemos que a usina de Acesita a hidroelétrica de Sá Carvalho, e é sabido que tem um preço baixíssimo para o kWh talvez mais baixo que a própria taxaçaõ, conforme intenção original do Executivo. Conforme a exposição inicial do Prof. Tharcisio, como é que ele se sentiria perante esta taxaçaõ, no momento exato em que estuda a aquisição de fornos de eletro-reduçaõ? Eu tenho a impressãõ que ele teria que transformar completamente o raciocínio inicial. Essa argumentação teve bastante fundamento metalúrgico e também para os interesses dos riograndenses. Na realidade não nego que no caso do Rio Grande do Sul, o Govêrno gaúcho é responsável por ele, em grande parte.

DR. ROMULO ALMEIDA — Bom, aí, devo lembrar que não sou de Niteroi e nem me chamo Manoel. (risadas)

Mas, o que me parece é o seguinte: houve uma série de debates e confusões, baseadas ainda nas impressões preliminares do plano. Chego a essa conclusão. Porque, como viram, no caso da energia usada na indústria de alumínio, se a Cia. Brasileira de Alumínio tivesse que pagar esta tributação de acôrdo com o projeto do Govêrno, não pagaria nada; mas de acôrdo com a emenda do Congresso, a Cia. Brasileira de Alumínio teria a sua tonelada de alumínio em lingotes gravada em Cr\$ 100,00, o que, segundo aquele cálculo muito rápido que fiz, aqui de cabeça, com os dados do Dr. Miguel, representaria menos de meio % do custo total de produção do lingote do alumínio. Portanto é negligível a incidência sôbre o custo do produto.

DR. MIGUEL C. DIAS — Calculado sôbre o preço atual pelo qual, o alumínio é importado?

DR. ROMULO ALMEIDA — Muito bem, agora eu pergunto a V. Excia o seguinte: Há possibilidade da indústria de alumínio aqui produzir 10.000 toneladas, vender no mercado o lingote de alumínio, mais baixo do que o custo de importação do lingote americano? Eu só vejo a possibilidade contrária.

DR. MIGUEL C. DIAS — A que taxa cambial?

DR. ROMULO ALMEIDA — Qualquer que seja a taxa cambial (murmúrios); o lingote não está na categoria 5, êle está na segunda categoria. Eu estou dizendo **qualquer**, pelo seguinte: o Governo poderia importar no cambio oficial para um empreendimento, público, digamos a indústria de material elétrico, se fôsse oficial.

APARTE — Existe ainda câmbio oficial?

DR. ROMULO ALMEIDA — Existe.

APARTE — Mas é uma abstração.

DR. ROMULO ALMEIDA — Existe o cambio oficial ao menos para a imprensa.

APARTE — Mas para as necessidades básicas não existe.

DR. ROMULO ALMEIDA — Não, não existe.

APARTE — ...Hoje em dia é uma dura abstração.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas a questão do cambio, meus senhores, é outra questão, em que é mais importante ter cambiais do que o seu preço. Essa história de ter câmbio oficial para poucos, isto significa apenas um privilégio. E' preciso a gente discutir os problemas objetivamente. Isso não tem a menor importância, nós estudamos muito bem isto, nós fizemos cálculo, várias hipóteses para considerar, isso, eu acredito, não é absolutamente coisa que possa preocupar o desenvolvimento da indústria pesada. A minha convicção é esta. Eu acredito que o lapis esclarecerá. Depois de se estudar melhor, e afastar aquela dúvida sôbre a integração de várias fases da indústria que é uma coisa importante, afastando isto, então se desvanecerá qualquer receio a respeito.

ENG. ROBERTO JAFFET — A porcentagem é muito diferente...

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Um momento Dr. Jaffet. Eu pediria ao Dr. Romulo que terminasse a sua brilhante exposição.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas, Srs., vamos fazer uma hipótese absurda, porque não acredito que exista isso, de que uma indústria tenha seus custos de produção, afetados em 50 % pelo custo da energia. Existe isto, Dr. Tharcisio?

DR. THARCISIO D. DE SOUZA SANTOS — Não.

DR. ROMULO ALMEIDA — Eu também nunca vi isso numa tabela. Pois bem, nesta hipótese absurda...

ENG. CATULO BRANCO — A indústria de nitratos consome 60.000 kWh por tonelada de produto.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas não é o único processo a energia elétrica.

ENG. CATULO BRANCO — Não, mas é o processo adotado em todos os países civilizados.

DR. ROMULO ALMEIDA — É, mas tudo isto é preciso examinar bem. Mas vamos dizer 60 %, eu não posso conceber que

seja efetivo a não ser em um caso em que se vá fazer a indústria de nitrato com kW gauchos ou pernambucanos.

ENG. CATULO BRANCO — Lá para isto não dá. (risadas)

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas se fôsse kW de São Francisco...

ENG. PLINIO DE QUEIROZ — Êste é que não dá. (risadas)

DR. ROMULO ALMEIDA — Pois é, afirmo que, na hipótese mais absurda, teríamos, os srs. podem vêr, uma gravação máxima de 3 % sôbre o custo. Três a quatro por cento nas hipóteses mais absurdas, como de fato, um verdadeiro absurdo. Nas hipóteses verdadeiras, é coisa de 1 %, 2 %, sôbre o custo total, nas hipóteses piores. Convém lembrar que no projeto do Executivo, essas hipóteses não existiam porque qualquer indústria em que o custo da energia representasse mais de 15 % do custo total, estava isenta de taxaço. Bem, finalmente, concordo aquí com várias observações, a respeito de tarifas para indústrias básicas: devo reafirmar expressamente o que está no espírito do projeto, de que o projeto prevê massa de energia para a indústria básica. Parece-me claro que, se prevê isto, prevê também uma política de tarifa favorável para a indústria básica. Aliás, tanto essa é a preocupação do Govêrno que a Cia. Hidro-Elétrica já considerou até casos concretos de fixação de tarifas para indústrias com alto fator de carga e consumo de energia.

Outro ponto a acentuar é que precisamos evoluir muito em matéria tarifária, e para isso os senhores prestarão uma grande colaboração ao Govêrno do País. Eu cheguei a dar uma idéa sôbre o espírito desse sistema de projeto. Posso lhes dizer que o objetivo do Govêrno foi realmente «romper os gargalos», objetivo que tem sido expresso em várias outras iniciativas. O Govêrno, para facilitar o desenvolvimento de nossas estradas de ferro, portos e navegação e todos os setores básicos, criou o Banco de Desenvolvimento Econômico. O Govêrno propôs ao Congresso um projeto, alterando as bases administrativas do sistema ferroviário federal. Portanto, não se pode culpar o Govêrno de falta de iniciativa em matéria de problemas básicos do País. E' preciso notar que o Govêrno não possui meios técnicos para isto, porque há muito técnico de categoria na administração federal, mas estes técnicos de categoria não tem remuneração suficiente ou são uns abnegados e então êles são absorvidos pelas tarefas técnicas mínimas do Govêrno Federal. E' um homem assim como Ribeiro Filho, que dá uma demonstração extraordinária de espírito público, na Divisão de Águas, aquí no Distrito de São Paulo. Uma espécie de boemio cívico. E' preciso também que se note, que êste Govêrno encontrou em início de execução uma série de leis votadas no Congresso passado e sancionadas pelo Govêrno passado, que constituiram um verdadeiro petardo na organização da administração pública. Eu estive uma vez com um engenheiro que me disse o seguinte:

Olhe, eu «botei» aqui no serviço uma sobrinha minha como datilógrafa. Hoje a minha sobrinha ganha mais do que eu. Portanto, os senhores vêm a situação da administração pública que foi encontrada. Uma situação terrível. Os senhores imaginem qual é o impacto desse clima de recriminações e desmoralização, que é em grande parte farisaico, sobre a eficiência da administração e tudo mais. Vejam o esforço que está se fazendo. Esta pequena tarefa, que é o estudo dos projetos conjugados do plano nacional de eletrificação, foi feita por um grupo de engenheiros e economistas, reunidos por um esforço tremendo, sem possibilidades de remunerar; são homens de grande espírito público, apenas acreditando que se pode fazer alguma coisa, tendo-se o apóio e encorajamento do Presidente da República. Este pequeno trabalho está cheio de êrros, mas é um passo adiante, porque nunca se tinha feito um trabalho igual. Esqueci de acen-tuar a questão da unificação de frequência. Os senhores dirão melhor do que eu, de sua importância. O Plano foi trabalhado por gente muito competente. Pode ser que tenha êrros que os senhores indicarão e poderão aconselhar o Congresso, mas o que se impõe é unificar as frequências no momento em que o País pretende desenvolver o seu sistema elétrico. Como vêm o plano cogitou de vários aspectos complementares, no sentido amplo de unidade, de interconexão, de interdependência de fatores. Essa, eu creio, é uma contribuição quando menos de boa vontade e de espírito público ao progresso desse País.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Eu agradeço a brilhante exposição sobre as bases que o Plano Nacional de Eletrificação pelo Dr. Romulo e, passo a palavra ao primeiro apanteante escrito, o Dr. Catulo Branco.

ENG. CATULO BRANCO — Devido ao adiantado da hora, eu vou resumir a minha observação ao mínimo de palavras. O Dr. Romulo acabou de falar das dificuldades que a própria Light está encontrando, não arranjando o suficiente para financiamento de suas novas obras, e recorrendo frequentemente a empréstimos do Governo. O código de Águas atacado aqui, tem lá num de seus artigos, o seguinte: Uma empresa para receber uma concessão de serviços públicos precisa dar provas de idoneidade financeira e idoneidade técnica. Não se pode admitir idoneidade financeira a uma empresa que ao mesmo tempo pede dinheiro emprestado ao Governo. Essa é a minha primeira observação. A segunda é a seguinte: Eu estou de pleno acôrdo com o Dr. Luiz Villares sobre o desenvolvimento que a Light teve em outros tempo. E' absolutamente justo. Mas agora, a Light está impossibilitada de ir adiante, e o que nos prova isso é a crise da Energia Elétrica que estamos atravessando aqui no Estado. Por que a Light está impossibilitada de ir para adiante? Porque as obras necessárias são enormes, e obras enormes hidroelétricas atingem também interesses gerais do País: navegação, agricultura, inte-

resses que escapam do âmbito do interesse particular. O que nos prova isto, são os empreendimentos do Vale do Tenessee nos EE. UU. e o do Rodano na França, e muitos países estão fazendo empreendimentos semelhantes a estes que estão aqui projetados, mas são empreendimentos estatais e nisso vem minha dúvida, porque a Eletrobrás é uma é uma sociedade mixsta e êste impôsto que está sendo tão condenado aqui no meu entender, êle vai redundar num empréstimo para a Light, e nas piores condições possíveis, porque na Eletrobrás não se fala em entendimentos diretos entre a Eletrobrás e a Light, e sim, entre a Eletrobrás e as subsidiárias da Light. Isto quer dizer o seguinte: a Light vai continuar dentro de nosso País, funcionando como uma « **Holding** » e a Eletrobrás vai ter entendimentos com a sua subsidiária, com todos os inconvenientes do funcionamento da « **Holding** ». As **holdings** foram muito condenadas nos Estados Unidos no período Roosevelt. Roosevelt que criou o sistema do Vale do Tenessee, que hoje é apresentado como exemplo de sucesso internacional.

Convém lembrar também aqui, que a lei que criou o Vale do Tenessee nos Estados Unidos, estabelece o seguinte: Serão considerados como de primordial importância os objetivos de regularização do Rio, e os objetivos agrícolas. Em segundo plano serão atendidos os de produção de energia elétrica. Como entregar um plano que vai entervir aqui no Vale do Paraíba, com a regularização do Rio Paraíba, com a irrigação de seus campos; como entregar êsse plano a uma organização em sociedade mixta com uma emprêsa particular que visa exclusivamente o lucro na venda de energia elétrica, não havendo outros propósitos. São essas as observações que eu desejava fazer.

DR. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Dr. Romulo não quer intervir.

DR. ROMULO ALMEIDA — Não.

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Dr. Romulo de Almeida, eu quero cumprimentar V. Excia. por ter comparecido aqui na casa dos engenheiros de São Paulo, para democraticamente discutir conosco aspectos da Economia Nacional que nos afeta profundamente e sôbre os quais desejaríamos fosse nossa voz também ouvida. Eu creio que é um acontecimento auspicioso êste, e desejo que para o futuro, e faço votos, que as grandes linhas, as linhas mestras da economia nacional traçadas pelo Govêrno Federal sejam tomadas por essa audiência também. Eu sou admirador da cultura e inteligência de V. Excia. felicito-o por êste plano, embora eu o considero imperfeito como vou tentar demonstrar no que se refere a São Paulo, por não satisfazer o ritmo de nosso desenvolvimento. Entretanto já é alguma coisa de positivo, já é uma providência concreta, visando uma solução para êste problema que ameaça a nossa existência.

Um plano deve englobar as medidas econômicas, técnicas e de outra ordem, que permitam num espaço de tempo previsto

satisfazer uma lei de crescimento. Eu consideraria um plano satisfatório aquele que proporcionasse os recursos econômicos, analisasse as dificuldades técnicas num prazo mínimo de 9 anos e que permitissem dentro desse plano confirmar que as nossas necessidades de energia elétrica estariam satisfeitas, pelo menos nesse prazo. Mas no que toca a São Paulo, Dr. Romulo de Almeida, eu não vou propriamente formular uma crítica, eu vou pedir explicações. Disse que os recursos econômicos e a análise técnica do problema, incorporada no plano deveriam satisfazer a lei de crescimento.

Qual é essa lei de crescimento no Estado de São Paulo? Pelas curvas que nós conhecemos de diversas regiões do Estado, essa lei de crescimento é superior a 11 % ao ano, mínimo, isto na região da Capital do Estado. Na região do Paranapanema a média de crescimento é 16 %. Portanto poderemos fazer um cálculo por baixo, porque devido às imprecisões hoje em dia de câmbio que impossibilitam o cálculo exato de custo, e devido também, ao fato de todas as regiões do Estado estarem em regime de carência de energia elétrica, mascarando portanto a citada lei, os cálculos só podem ser feitos a base aproximada. Se nós lembrarmos que em 1951 a potência instalada em nosso Estado era de aproximadamente 800.000 kW ano em que a demanda esgotou a capacidade máxima e portanto pode ser tomado como elemento básico do cálculo, podemos aplicar a lei de crescimento. Por essa lei de crescimento, admitindo o mínimo de 11 % ao ano, chegaremos ao seguinte cálculo: 800.000 kW em 1951, 11 % de crescimento equivale a duplicar a necessária em 1958, 1.600.000 kW capacidade necessária em manda de 7 em 7 anos, portanto se extrapolássemos a curva de crescimento da demanda no nosso Estado teremos: capacidade 1965, que é o fim do plano, 3.200.000 kW. Estou exagerando nisto? Eu acredito que não, porque estamos muito longe ainda da saturação. A potência instalada per capita no nosso Estado é muito pequena, apesar de ser um Estado industrializado. Se compararmos com o total dos Estados Unidos, não digo de regiões industrializadas nos Estados Unidos, mas no total, é um quinto, porque temos aqui uma potência instalada de 100 W per capita e nos Estados Unidos 500 W per capita, sendo que no Canadá está atingindo quase 1 kW per capita. Portanto mesmo em 1965 admitindo um crescimento da população da ordem verificada, se nos extrapolássemos a curva de população, chegaremos com essa potência mencionada, de 3.200.000 kW, a um índice de potência instalada muito inferior ainda aos Estados Unidos de atualmente. E nós devemos nos lembrar que o crescimento atual nos Estados Unidos é da ordem de mais de 10 %. Portanto continuando o meu cálculo sumráio, se nós subtrairmos da nossa potência instalada atualmente, que deve atingir a ordem de 900.000 kW, êsses 3.200.000 kW, que necessitamos ter em

1965, eu encontro 2.300.000 kW que precisaremos instalar nesse prazo de 9 anos. Aí nós estaremos meus amigos, então numa encruzilhada do Destino, sem tentar dramatizar. É possível diminuir este ritmo de crescimento sem provocar mau estar e convulsões sociais? Devo dizer que não acredito nisso. Por enquanto o que está acontecendo na região de São Paulo, não é ainda nada em comparação com o que seria de fato uma crise real de energia elétrica. Eu disse que a nossa crise está mascarada, porque o que se faz é transferir as horas de pico para a noite. Os operários não estão ainda na rua sem trabalho, mas se nós seguirmos esta lei de crescimento que é uma imposição de nosso destino e é uma imposição de nossa localização geográfica e da bacia econômica em que nós estamos e do próprio momento histórico em que o povo brasileiro está vivendo nesses últimos 30 anos neste surto admirável de progresso que V. Excia. aludiu; si nós estivermos a altura de promover as facilidades necessárias para que este progresso não seja obstado apenas por um fator que é o da energia elétrica, eu estou certo que as bases de nossa sociedade sofrerão uma radical mudança. Traduzirá a incompetência das classes dirigentes em acompanhar a evolução natural do povo. Nesse ponto de vista Dr. Romulo de Almeida, eu quero analisar o Plano Nacional de Eletrificação em que V. Excia. teve colaboração. Se nós queremos continuar nosso cálculo e acharmos que para atendermos o nosso crescimento natural, precisaremos instalar nesses próximos 9 anos 2.300.000 kW na zona de São Paulo, computando a geração e a transmissão de energia elétrica, e também a distribuição, fazendo um cálculo ainda por baixo, admitindo o preço do kWh, ou do kW instalado, desde a geração até a distribuição de cerca de Cr\$ 10.000,00 que julgo conservador, nós chegaremos a quantia de 23.000.000 de contos, nesses próximos 9 anos. Quais são as fontes econômicas de onde poderão vir estes recursos? Uma é do Plano Nacional de Eletrificação. Estes fundos que são devidos a 3 fatores: Uma dotação orçamentária, outra o imposto sobre o kW consumido, e outro finalmente o adicional do imposto de consumo. Isto rateado dará para o estado de São Paulo de acordo com o que consta neste plano; dará uma quantia de cerca de 9.000.000 de contos, adicionados ainda de uma parte que corresponde ao Estado, se não me falha a memória de 200.000 contos por ano, portanto seriam, digamos 12 milhões de contos, até 1965. Quer dizer que vamos ter um deficit de 11.000.000 de contos nesses 9 anos. Quem vai preencher este deficit? A economia particular? Eu acredito que não. Apesar de V. Excia. ter dito, que a empresa de energia elétrica é remunerativa, devo dizer que precisamos analisar bem estas palavras. Não se trata apenas de uma filosofia. Pedese pensar em remunerativo digamos 5% ao ano? Julgo que devemos admitir como remunerativo comparando-se com os ou-

tros investimentos, e se é competitivo nos mercados de capitais. Não adianta nada dizer que 10 % é remunerativo. Isto não convence ninguém a aplicar dinheiro em empresas de energia elétrica.

APARTE — A Cia. Paulista de Estradas de Ferro ganha 10 % do seu capital empatado.

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Mas meu amigo, nós estamos dentro de um fato concreto. Não vamos considerar a moral disso. O fato é, e eu estou raciocinando com o que está ocorrendo com a Empresa de que eu sou presidente. Nós vamos distribuir energia a 5 empresas particulares da região. Elas precisaram apenas, aumentar o seu sistema distribuidor, porque o plano só será completo como V.Excia., bem sabe, e isso foi discutido quando se negociou o empréstimo, quando fôr absolutamente integrado desde a geração até a distribuição. E essas 5 companhias foram absolutamente incapazes de levantar os capitais necessários a sua parte, tanto assim que foi necessário um auxílio do Govêrno Estadual e uma parte também do empréstimo obtido. Agora, torna-se claro porque a iniciativa particular, diante da legislação atual é absolutamente incapaz de providenciar êsses 11 milhões de contos que falta. Resta o que? Resta o Govêrno do Estado. Eu pergunto se dentro do orçamento normal do Estado, se dentro dos recursos orçamentários normais, o Govêrno do Estado terá possibilidade de providenciar esta soma restante. Eu estou perguntando isto Dr. Romulo, não em carater de crítica, mas apenas como um brasileiro que analisa os problemas de nossa terra muito preocupado e não vê uma solução. Peço a V.Excia. que me explique êste lapso financeiro que existe no Plano.

DR. ROMULO ALMEIDA — Devo dizer que estou de acôrdo com tudo que o Dr. Dagoberto disse. Não vejo nenhuma contradição com o que falei aquí. Ao Contrário até, tenho a impressão de que, enquanto persistir a inflação, não é possível aplicar dinheiro privado em Cias. de Energia ou indústria básica, embora no caso da Cias. de Energia o risco fique muito menor, o investimento na energia se aproxima mais de um investimento em título de renda fixa. Mas eu não tenho grande otimismo a respeito disso. Agora devo dizer que realmente o Plano provavelmente não atingirá toda a demanda de energia daqui a 10 anos. Porque a demanda tende a ser crescente, além de vários outros fatores que eu não preciso explicar melhor como o processo de urbanização, o processo de concentração industrial, a tendência à indústria pesada. Há um outro fator de extrema importância é que a vantagem da energia mecânica em comparação com o custo da energia animal e humana se torna crescente. De sorte que isso é um fator poderoso para o aumento da demanda de energia. De maneira que eu não tenho a menor dúvida de que tudo que a gente puder realizar em matéria de energia



é sempre pouco, até porque a energia é daquelas indústrias que geram o seu próprio consumo. Agora, o Plano Nacional de Eletrificação prevê, evidentemente, a colaboração de outras fontes. Aquí foi criticado o fato de que o Governo deu recentemente concessões à Light. Isto é mais uma prova na boa vontade do Governo. A Light não poderá dizer que por falta de concessão ela não teve apóio. Ela está com a concessão. O Plano não pode tirar coelho do chapéu, o Plano representa um tremendo esforço, esforço financeiro da União, tão tremendo que está sendo rudemente criticado como uma coisa acima da capacidade do Governo, da capacidade nacional, como um superinvestimento; portanto, é a história: criticado por ter cão e por não o ter. Entretanto, eu acentuaria um aspecto importante do plano que é o seu aspecto dinâmico, acho que estou abusando um pouco da palavra, mas já nessa altura a gente tem que repetir as palavras que disse.

APARTE — Essa é uma palavra nossa. S. Paulo é dinâmico.

DR. ROMULO ALMEIDA — O plano prevê o seguinte: prevê a colaboração de forças locais dentro do Estado, dos Governos Municipais e particulares, para a realização mais rápida dos empreendimentos que dele constam. O plano prevê que o Governo Federal desenvolverá com os recursos sobranes da primeira lista, de maior urgência, se houver colaboração local, outros empreendimentos na mesma área, antecipando a segunda etapa e até realizando outros projetos. Isto está previsto no plano, de maneira que isto é um recurso, digamos dinâmico; é a possibilidade de um adicional aos recursos normais. Ademais o que o Plano sobretudo pressupõe é que, com o alargamento das fontes de energia, haja uma reação no crescimento da renda nacional brasileira, e, em consequência, uma maior capacidade de capitalização, porque os senhores sabem que a capacidade de capitalização, da propensão marginal a capitalizar, aumenta com o aumento da renda nacional per capita. Com êste aumento da capitalização, haverá maior capacidade para capitalizar na indústria que exige concentração de capital, inclusive na própria indústria elétrica. Por outro lado, também se prevê a possibilidade de financiamento estrangeiros. Prevê-se no plano a fabricação nacional de equipamentos. Ora, a fabricação nacional de equipamentos representa a produção de capital real. O plano não pode prever quantitativamente, como seriam talvez desejável, êsses efeitos remotos indiretos, porque exigiria muito tempo e muitos recursos técnicos. Mas que êles podem ocorrer, podem.

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Confesso que eu não estou bem elucidado a respeito de todas as faces, de todos os aspectos do plano. Mas êsse dinheiro, êsses recursos seriam emprestados?

DR. ROMULO ALMEIDA — Não.

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Renderiam juros, poderiam gerar mais capital, ou seriam recursos mobilizados?

DR. ROMULO ALMEIDA — Está aí um aspecto que...

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Não, não estou bem ao par desses aspectos do plano, aliás aqui...

DR. ROMULO ALMEIDA — Está claro, no Plano. Com relação, por exemplo, à associação com emprêsas privadas, está afastada a hipótese do ilustre engenheiro que antes de V. Excia. me interpelou e a quem presto homenagem por sua velha dedicação aos problemas de eletricidade na área de São Paulo. O plano impede o sistema de financiamento por empréstimo às emprêsas particulares, apenas permite que o Govêrno participe como acionista. Esta é a forma de participação e de ajuda do Govêrno a particulares. Agora, a forma de participação no financiamento de emprêsas de controle público, essa é normalmente pelo mesmo sistema, mas a lei é mais flexível. Acredito que ela poderá chegar ao tipo de empréstimo, o que aliás já existe através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Bem, esses capitais da União são aplicados em eletricidade e êles devem ter uma remuneração. Essa remuneração normal, representa um dos adicionais para reaplicação. Isto não foi previsto no plano pela necessidade de ordem prática, de ganhar tempo, mas se poderia fazer uma previsão aproximada. Pareceu-nos desnecessário fazer esta previsão. Isto implicaria num cálculo muito elaborado, que não tem vantagem de ordem prática, sobretudo considerando que as aplicações só começam apresentar remuneração depois de 7 anos, no caso de usina hidroelétrica.

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — V. Excia. me permite dizer que se estão previstos os juros desses fundos, isso vai ser uma bola de neve que vai atingir proporções incríveis dentro de um prazo relativamente curto. É fácil para um economista qualquer tomando uma taxa de juros bastante módica, prever que as somas que entram cada ano e são aplicadas e vão render juros que ao fim de 20 anos, será uma importância fantástica.

DR. ROMULO ALMEIDA — Sim, de fato, os recursos adicionais derivados disso são muito grandes, mas não dão de maneira nenhuma para prover as novas necessidades de energia a partir do décimo ano.

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Bom, depende da taxa de juros.

DR. ROMULO ALMEIDA — Não...  
juros ao fim de 20 anos, será uma importância fantástica.

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Se forem juros normais de nossa tarifa eu acredito que...

DR. ROMULO ALMEIDA — Não, mas isto não pode ser, o próprio código de águas impede e o objetivo do Govêrno é fazer remuneração baixa. O Govêrno até prevê, para a eletrificação

rural, uma remuneração mais baixa do capital, podendo baixar a 3 %.

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Permita V. Excia. que aluda um aspecto que eu não mencionei. E' que os recursos econômicos que V. Excia. previu neste plano são em cruzeiros, e o cruzeiro não resolve o nosso problema de energia elétrica.

DR. ROMULO ALMEIDA — Sim, doutor, mas...

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — 40 % são dolares. Agora, si V. Excia. fala em indústrias de material elétrico eu estou de absoluto acôrdo.

DR. ROMULO ALMEIDA — E' claro! falo!

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Por isso eu não aludí a êsse assunto.

DR. ROMULO ALMEIDA — O plano prevê duas coisas, prevê a indústria de material elétrico e ainda prevê a garantia do tesouro para financiamento estrangeiros.

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Exatamente, porque não adiantaria fazer um plano em cruzeiros se o cruzeiro não pode comprar equipamento. E' essa a verdade, V. Excia. conhece a melhor do que eu.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Tem a palavra o Senador Maeder.

SENADOR OTHON MAEDER — A esta hora adiantada da noite eu não vou provocar naturalmente discussões, nem incentivar mais o prolongamento desta conferência, que já vai bastante tardia. Mas ouvi com toda atenção que me merece a brilhante e erudita exposição do presidente desta mesa o Sr. Dr. Romulo de Almeida a quem eu rendo minhas homenagens pela sua inteligência e fervor com que defende o trabalho de sua autoria qual seja o ante projeto do Fundo de Eletrificação, do Plano de Eletrificação e o outro que é a fundação de Eletrobrás. Mas, ao aludir a êste seu trabalho, o Dr. Romulo de Almeida se permitiu fazer algumas considerações de ordem política e nessas considerações S. Excia fez alguns comentários, algumas críticas ao poder Legislativo Federal, e eu como membro do Poder Legislativo, como membro do Senado Federal não poderia deixar sem um reparo, sem um protesto ao menos as suas palavras quanto à censura que S. Excia. fez ao mau orçamento que nós possuímos, e com o qual eu concordo perfeitamente. Realmente no Brasil nós estamos muito mal servidos de orçamento. Mas a culpa deste mau orçamento não cabe absolutamente ao Poder Legislativo. Eu atribuo a culpa quase que toda ao Poder Executivo. Vou dizer por que: o Poder Executivo é aquele que encaminha a proposta de orçamento ao Legislativo. O Legislativo só pode fazer emendas, e essas emendas como nós sabemos, só são aprovadas quando elas contam com o apôio da maioria, quer dizer, quando elas contam com o apôio do próprio Govêrno. O Govêrno tem dentro das casas Legislativas, tanto dentro do

Senado como da Câmara, o seu líder; o seu líder que está em contáto permanente com o Poder Executivo, e é sòmente com a aprovação do líder que as emendas são aprovadas, porque o Govêrno conta com uma maioria muito grande, nas duas casas do Congresso. Portanto, se o orçamento é mal feito, se no orçamento existem verbas inexplicáveis, injustificadas de pequenas estradas, de pequenos postos de puericultura, esta culpa deve-se exclusivamente ao Poder Executivo, ao chefe do Govêrno, que por intermédio do seu líder, autorizou a introdução, a aceitação dessas emendas. Ainda mais, depois de toda essa elaboração demorada pelo qual o orçamento passa nas casas Legislativas, o orçamento vai a apreciação do Presidente da República. Ora, se S. Excia. nesta ocasião não estivesse de acôrdo com aquelas medidas intercaladas, interpostas pelo Poder Legislativo, poderia usar do Poder Constitucional que lhe é atribuído de fazer o veto parcial e até total. Porque o Govêrno pode até não aceitar o orçamento, vetá-lo totalmente, e a constituição prevê neste caso a prorrogação do orçamento do ano anterior. Já vê, que esta crítica que se faz ao Legislativo de que êle é o principal culpado dos maus orçamentos que temos é infundada, é improcedente. Eu portanto, em nome do Poder Legislativo, refuto esta crítica que foi feita pelo ilustre Presidente desta mesa, o Sr. Dr. Romulo de Almeida, e atribuo a culpa dos maus orçamentos federaes em quase sua totalidade, ao Presidente da República. Êle é que é o responsável pelo mau orçamento de que nós ainda temos no Brasil, e que poderia estar bem melhorado. Em segundo lugar, S. Excia. nesta longa expôsição que fez, nesta conferência paralela e até talvez mais longa que a conferência do ilustre conferencista Dr. Henrique Anawate, S. Excia. fez elogios ou louvores e exaltou a iniciativa do Govêrno no setor da eletricidade e menosperzou a iniciativa privada. Eu como velho partidário da iniciativa privada, continuo a confiar integralmente na livre emprêsa e acho que no Brasil nós devemos aproveitá-la ao máximo. A iniciativa privada poderá prestar ao nosso País relevantíssimos serviços e neste setor de energia elétrica, eu acredito que ela poderia por si só tomar a seu cargo a solução do problema da eletricidade no Brasil, se não tivesse sido levada a esta situação em que foi. Eu mais uma vez, culpo o Govêrno de ter levado a iniciativa privada a essa situação a que chegou. O Govêrno não criou condições estimulantes, condições de confiança, não criou um ambiente psicológico favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada no setor da eletricidade. Estamos com mais de 20 anos de Govêrno, quasi que nas mãos do mesmo grupo que o tomou em 1930 e com apenas uma pequena interrupção em 1945, vem dominando o Brasil. Ora, se êsse Govêrno fosse realmente um Govêrno previdente, o problema não teria chegado a esta situação angustiosa que chegou. O Govêrno deveria ter prevenido a tempo e nesses 20 anos ou 25 anos

que domina o Brasil, a solução poderia ser atingida a muito tempo, e nós não precisaríamos estar como estamos neste momento, diante de uma verdadeira calamidade pública, como é esta escassês de energia elétrica que está perfeitamente demonstrada por tantas reclamações que estamos ouvindo a toda hora. Daí, porque eu mais uma vez, digo que a iniciativa privada é capaz de resolver e nos outros países tem resolvido o problema de energia elétrica. Mas no Brasil ela não pode resolver, não pode porque ela não contou com o apôio suficiente do Govêrno. Há muito tempo que nós vivemos numa instabilidade perfeita, não há uma orientação oficial a êste respeito e salvo agora nesses últimos dias, quer dizer nestes últimos fins de Govêrno é que nós estamos vendo de parte do Poder Executivo algum interesse por êste problema. Mas, e o que fez o Govêrno nesses 20 anos passados? Porque não cuidou deste problema? Porque deixou chegar a esta situação angustiosa que hoje nós vemos? Mais uma vez, digo, confio na iniciativa privada e só admito a intervenção do Govêrno nos assuntos econômicos quando fôr para legislar, quando fôr para supervisionar, quando fôr para dirigir ou em último caso para suprir deficiências. Mas não o Govêrno vir, êle mesmo pessoalmente, realizar qualquer empreendimento. Somos bastante experientes neste assunto. O Brasil, então é uma experiência longa que temos aprendido, de que a intervenção estatal é sempre nociva. Quando não, quando outros fatores não hajam, nós temos a intromissão indébita da política nos empreendimentos econômicos. E dessa intromissão indébita da política decorrem as mais nocivas consequências e entre elas, não é de se desprezar a corrupção administrativa que lavra em todos os meios, em todas as emprêsas econômicas estatais, salvo algumas raras e honrosas exceções como nós sabemos perfeitamente que existem. A norma, a regra, a generalidade no Brasil, nas emprêsas econômicas, como nos institutos de previdência, em tôda parte, é a mais desenfreada corrupção. Por isso é que continuo a confiar na iniciativa privada e se nós tivéssemos providenciado em tempo um clima favorável ao seu desenvolvimento, estou certo que ela teria resolvido êste angustioso problema de eletricidade. (Palmas prolongadas)

DR. ROMULO ALMEIDA — Eu vou fazer uma observação, me permite, já que fui chamado novamente a debate.

ENG. DIMETRI IVANOFF — Será que eu poderia acrescentar algumas palavras ao Senador Maeder?...

DR. ROMULO ALMEIDA — Pois não! Pois não! Não têm dúvida.

ENG. DIMETRI IVANOFF — O Sr. falou de um dos presupostos que orientou a formula fundamental na criação da Eletrobrás, como sendo a incapacidade do capital privado. Eu gostaria de pedir um esclarecimento adicional sôbre êste assunto. E' o seguinte: o senhor falou que as companhias de capital privado

têm remuneração mais que o suficiente no caso de energia elétrica e o senhor citou o exemplo particular da Light And Power. Bem, eu gostaria de fazer algumas observações sobre estes dados particulares sobre este caso da Light And Power. Se não me engano em 1934, no código de Águas foi exigida a nacionalização das empresas que trabalhavam em energia elétrica. A Light ficou trabalhando em caráter excepcional da maneira que estava. Foi este caráter excepcional que permitiu a ela fazer empréstimos no exterior, amortizar estes empréstimos, reintegrá-los no seu capital e dessa maneira elevar a rentabilidade do seu capital. Se ela atendesse imediatamente a vigência do Código de Águas e se nacionalizassem, ela por lei só poderia ter 8 % ou não sei quanto...

APARTE — 10 %.

ENG. DIMETRI IVANOFF — 10 % de lucro sobre o seu capital. De modo que a Light se fôsse nacional, provavelmente não teria lucro, não teria rentabilidade. Porque em outras palavras, nem uma companhia nacional, teria o seu capital suficientemente remunerado para explorar energia elétrica. Será que isto é verdade, será que o Governo desta maneira estaria forçando uma solução, digamos socialista como é a Eletrobrás?

DR. ROMULO ALMEIDA — Doutor, começo por responder a V.S.; o que eu disse aqui, não é que o capital investido agora em eletricidade tenha suficiente remuneração. Pelo contrário, disse muitas vezes que não acredito neste capital. Agora, o que eu disse é que as empresas privadas, deste sistema daqui, têm tido remuneração mais do que suficiente por duas razões: é que, embora a remuneração prevista nas suas tarifas seja de acordo com o Código de Águas, estas empresas levaram duas vantagens, não tiveram suas tarifas revistas, em face de circunstâncias novas. Essas circunstâncias são: as tarifas foram calculadas na base de fator de carga normal e o fator de carga é excepcional, mais do que duplo do fator de carga normal. V. Excia. há de compreender o que significa isso. Agora, a segunda razão é a questão do jogo do empréstimo. É um empréstimo que é amortizado na tarifa e que depois passa para a conta de capital. Quer dizer que a empresa pode mostrar que tem uma remuneração de 10 %, mas se ela fez o capital na base de empréstimo, o capital não lhe custou nada, e ela tem ainda mais a tarifa elevada por causa do fator de carga. Agora, o que ocorre é o seguinte: não há ninguém que saiba os números exatos disto, porque não há quem tenha força neste país de investigar a escrita da Light.

APARTE GERAL — Muito bem! (palmas)

DR. ROMULO ALMEIDA — Isto que é um fato. Agora eu vou entrar na questão da iniciativa privada. O eminente Senador Maeder, nome que eu respeito, já pela família, porque estou ligado a uma pessoa da família dele há já 20 anos, desde os

tempos acadêmicos; figura ilustre que admiro muito pela sua capacidade de iniciativa, pelo seu espírito público, mas do qual divirjo não em relação à confiança pela iniciativa privada, em geral, mas em relação à sua confiança quanto à iniciativa privada em determinadas atividades básicas.

S.Excia. aqui teceu um verdadeiro ditirambo à capacidade da iniciativa privada. Declarou que em outros países deixaram a iniciativa privada, a iniciativa privada resolveu o problema da eletricidade. Eu pergunto a S.Excia. se há algum país mais característico da empresa privada do que os Estados Unidos da América. O que V.Excia. me diz?

SENADOR OTHON MAEDER — E' um dos principais!

DR. ROMULO ALMEIDA — E' o principal! E' a pátria da iniciativa privada! Pois bem, segundo uma estatística de 2 anos passados, a capacidade de energia instalada nos Estados Unidos pelo Governo era maior que a capacidade de energia instalada pelos particulares, na pátria da iniciativa privada.

DR. MIGUEL CARVALHO DIAS — Hidroelétrica?

DR. ROMULO ALMEIDA — Hidroelétrica.

DR. MIGUEL CARVALHO DIAS — Inclusive térmica?

DR. ROMULO ALMEIDA — Inclusive térmica. E' um dado que está nos livros americanos, é um dado que foi publicado no Brasil pelo Dr. Alves de Souza. Mas mesmo que não seja 50 %, senhores, na pátria da iniciativa privada, com grandes capitais remunerados a 2 % ao ano, os senhores vêm aí a demonstração cabal, completa, insofismável de que não é possível esperar a iniciativa privada para resolver problema de eletricidade.

APARTE — Mas uma conciliação, Dr. Romulo, seria a solução mais adequada.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas é o que está previsto no plano. O plano não é contra a iniciativa privada.

APARTE — Mas, Dr. Romulo, com esta elevação agora devida ao impôsto, as tarifas não poderão ser aumentadas, e num país de moeda inflacionária, evidentemente estes empreendimentos não são remuneradores, e tanto não são que não atraem capital. O capital privado tem um instinto de atração para empresas remuneradoras. Se eles não correm é porque não são. Essa é uma demonstração mais cabal.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas, Dr. isto é um outro problema. O Governo está prometendo aqui, de que vai além do próprio plano, trazer estímulo além da iniciativa privada. Ele está estudando um projeto para apresentar encorajamento adequado...

APARTES — Ahh! Bom...

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas não aqueles que tem sido propostos. Isto é uma coisa diferente. Permitam-me voltar ao assunto. Se os senhores tomarem a Inglaterra, os senhores sabem

que o GRID britânico foi feito pelo Governo inglês e não pela iniciativa privada; e é um empreendimento básico da eletrificação inglesa. E isto foi feito pelo Governo conservador, isto foi feito sob a liderança do Sr. Wiwston Churchil, e num Governo conservador.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Sr. Presidente, permita-me um aparte. As usinas eram particulares. Coube ao governo ingles, apenas a integração das centrais existentes.

DR. ROMULO ALMEIDA — As usinas eram particulares. Mas para um empreendimento de maior escala, foi preciso o Governo entrar. Portanto é a demonstração que quando o sistema precisa ser mais integrado, o Governo, nos próprios países sede do capitalismo e da iniciativa privada, foi chamado.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Mas isto não há dúvida, senhor presidente, isto é reconhecido universalmente.

DR. ROMULO ALMEIDA — Ahh! muito bem, eu fico muito satisfeito disso.

DR. MIGUEL C. DIAS — Mas na América do Norte, eu acredito que seja preferencialmente Municipal.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas isso não importa, amigo.

DR. MIGUEL C. DIAS — Mas é um característico americano.

DR. ROMULO ALMEIDA — Mas não é tanto assim.

DR. MIGUEL C. DIAS — Mas há muitas. A prefeitura de New York é distribuidora de toda energia na cidade.

ENG. CATULO BRANCO — A própria Vale do Tenessee é federal.

DR. MIGUEL C. DIAS — Pergunto o seguinte: O senhor deve lembrar que na América do Norte a energia hidroelétrica representa apenas 10 % da capacidade instalada...

ENG. DAGOBERTO SALES FILHO — Aliás, a energia hidroelétrica hoje, exatamente 25 %.

DR. MIGUEL C. DIAS — Pois é diferentes do que estou informado. Hidráulica?

ENG. DAGOBERTO SALES FILHO — Energia elétrica de origem hidráulica.

DR. MIGUEL C. DIAS — Aumentou muito de 1940 para cá. Pois que era apenas de 10 %.

ENG. DAGOBERTO SALLES FILHO — Pelo contrário diminuiu, V. Excia. me perdoe, eu tenho estes dados na cabeça. Era 33 % a questão de 7 anos atrás.

DR. MIGUEL C. DIAS — O dado que eu tenho não concorda com o de V. Excia.

ENG. DAGOBERTO SALES FILHO — Mas eu posso dizer a V. Excia., que isto eu tenho bem fixo.

DR. MIGUEL C. DIAS — Eu tenho um dado que representava apenas 9 % exatamente.

ENG. DAGOBERTO SALES FILHO — Bom, eu vou dizer-lhe os números exatos. Hoje em dia os Estados Unidos têm ....



80.000.000 de kw instalados, dos quais 20 milhões de energia hidráulica.

DR. MIGUEL C. DIAS — Mas de qualquer maneira é certo que: a maior parte da energia fornecida na América do Norte é de usinas termo-elétricas. Essas usinas termo-elétricas na sua maioria são de propriedade municipal. De modo que é uma característica americana, exatamente as grandes centrais elétricas de propriedade municipal. Aliás a administração municipal Americana...

DR. ROMULO ALMEIDA — Estadual.

DR. MIGUEL C. DIAS — E' quasi sempre municipal. Muitas vezes é propriedade do Estado e do Município. E' preciso que se caracterise bem isto. E' diferente do sistema que se vai adotar aqui. Lá é o sistema predominantemente municipal.

DR. ROMULO ALMEIDA — Bem, eu infelizmente não estou aqui com os dados, e a minha memória não me socorre. Mas acentuo: é iniciativa estatal e não privada. Agora entro, embora a contra gosto, na questão política, para esclarecer o seguinte:

SENADOR OTHON MAEDER — Aliás, foi V.Excia. que provocou o debate.

DR. ROMULO ALMEIDA — Bom, V.Excia. me desculpe, eu procurei analisar como um fenômeno econômico e sociológico, e declarei aqui expressamente de que não estava condenando o Congresso. Eu estava mostrando que a estrutura do orçamento é consequência de uma estrutura político-cultural. Pelo contrário, até dei uma razão para justificar os deputados e senadores. E' a razão de que, na estrutura político e cultural atual, a despeito de já representar um progresso em relação ao passado, como a eleição não obedece a partidos estruturados ideologicamente, os parlamentares, os representantes do povo estão sujeitos a injunções distritalistas de sua clientela, isto é uma coisa perfeitamente compreensível. Pois eu estou encarando o problema não com este estilo de condenação a um poder ou outro. Eu também procurei criticar a administração pública Federal. Mas é preciso ainda mostrar que o Governo não dita lei no Congresso. Se ditasse, não estariam há 2 anos no Congresso inúmeros projetos de lei do Poder Executivo. Está evidente que o Congresso, como toda a vida política, representa uma composição. O próprio presidente quando apresenta qualquer coisa ao Congresso já apresenta procurando atender a uma composição de forças.

SENADOR OTHON MAEDER — O caso brasileiro é diferente dos demais. O caso brasileiro, V.Excia. sabe perfeitamente que o Presidente da República faz do Congresso, aquilo que ele quizer. V.Excia. também sabe que esta lei última da CEXIM, extinguindo a CEXIM e criando a CACEX, foi retirado do congresso em 48 horas.

DR. ROMULO ALMEIDA — Olhe, Senador, pode ser ainda que o ministro da Fazenda tire, mas o Govêrno não tira. (risos)

Agora, o fato é o seguinte, eu pergunto aos senhores, poderia o Presidente da República mandar um orçamento para o Congresso e desconhecer de que há obras mal planejadas, embora, mas que há obras iniciadas? Por isso, disse eu, é uma coisa que não está ao alcance do Presidente nem do Govêrno intervir. O orçamento representa um compromisso em muitas coisinhas que persistem, como um fator residual, que absorve o orçamento. E' isso que eu quiz dizer. Desejo ressaltar que às vezes dou certa vivacidade às minhas intervenções, mas eu tenho um santo horror a êsse estilo de estar recriminando. Eu prefiro investigar os senões.

SENADOR OTHON MAEDER — Porém, quanto ao orçamento, afirmo a V. Excia. que estou de pleno acôrdo que esses orçamentos são angustiosos.

DR. ROMULO ALMEIDA — E' um testemunho de maior importância. Aliás é preciso notar que o próprio sistema de emendas do Congresso, olhando a coisa objetivamente, para quem já teve a ocasião de verificar o processo de elaboração orçamentária nos países mais democráticos, Estados Unidos, Inglaterra, qualquer outro país, se percebe como o sistema é irracional e êsse sistema é fruto do estágio cultural brasileiro, não é coisa de condenar a A ou B, ao contrário até êste Congresso tem tido uma preocupação de estabelecer normas, o que já representa um progresso. Agora uma outra coisa quero ainda dizer: S. Excia. condenou acormente o Govêrno, considerando o Govêrno ha 20 anos no poder, como bom udenista aproveitou sua oportunidade (risos), sôbre o fato de que...

SENADOR OTHON MAEDER — Critiquei como brasileiro e não como udenista.

DR. ROMULO ALMEIDA — ...Sôbre o fato de que em consequência desta imprevidência não há energia no Brasil. Não preciso lembrar a São Paulo de que quando foi declarada a guerra havia energia de sobra.

APARTE — De sobra não!

DR. ROMULO ALMEIDA — Naquele momento havia.

Eu não descuto as sobras, mas que havia, havia. O processo devido ao aumento das instalações, evidentemente sofreu uma tremenda interrupção com a guerra. A guerra foi um impacto, a guerra tomou todo o final do período anterior do período Vargas. De maneira que é preciso levar em conta isto. Agora, não quero culpar ninguém, mas se alguma culpa houve, de nós não temos energia elétrica hoje, foi mais pela falta de providências depois da guerra, pois que só depois da guerra eram possíveis providências efetivas, quanto à importação de equipamentos e coisas desta natureza. Não quero culpar ninguém, mas o que é preciso é que se considere aritmeticamente, que uma ins-

talação de energia elétrica precisa de 7 anos. Espero que o nobre Senador me compreenda, quero apenas ressaltar de que eu não tenho motivo, não tive nenhuma intenção de criticar o Poder Legislativo, até pelo contrário. Não é porque eu tema isso, não, porque até eu sou um pouco «louco», não tenho interesse político, de maneira que se me jogarem para a iniciativa particular, eu me sinto até mais feliz. Sinto capacidade de trabalhar por mim. Não é por temor de nenhuma espécie. É apenas porque essa interpretação seria uma injustiça ao espírito objetivo com que procuro encarar esse fenômeno.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Senhor Presidente, V.S. não deve se preocupar muito na defesa do Sr. Presidente da República, pois São Paulo gosta tanto d'ele que até o elegeu novamente. (risos) V.S. me permite, é norma do Centro que toda discussão que não foi terminada ou que poderia prosseguir, caso, não haja tempo para discussão oral, pode ser prosseguida por escrito. De modo que todos estão convidados a continuar a discussão por escrito. Mas uma coisa não é possível fazer por escrito, é tomarmos alguma resolução de ordem prática no final dessa discussão. E para que tenhamos uma solução de ordem prática sou obrigado a voltar a um problema que inicialmente nós discutimos cuja dúvida era do modo de interpretar aquela parte referente a Taxação sobre o kWh. Tenho em mãos o Diário Oficial do dia 8-12-53 em que está inclusa a emenda n.º 21 que pleiteava no Senado o seguinte: «a energia consumida nas indústrias pelas unidades de produção básica, tais como fornos de eléto redução de metais, fornos elétricos para refino de ferro, aços e metais não ferrosos, células, células de refino eletrolítico e outras unidades industriais, cujo funcionamento econômico depende essencialmente dum baixo custo do kWh». Esta emenda que fôra pleiteada, pela discussão havida no Senado, alí ficou patente, de que não havia o espírito de que a lei era seccionadora e tanto não havia que os Srs. Senadores Ismar e Gois Monteiro quando encerrou a discussão, encerrou-a da seguinte forma: «Encontro motivos justos ponderáveis a favor da emenda, apenas votarei contra ela porque é um tanto vaga na forma como foi redigida». Quer dizer o que estava errado não era o que se pleiteava e sim o modo como estava redigida a emenda. Infelizmente, não temos a tarimba parlamentar e essas coisas acontecem. A mim, peço perdão ao auditório, mas está patente que a interpretação da lei é aquela que eu dei e que insistí e que foi a base da primeira parte da exposição que eu fiz a esta casa. Si a interpretação prevalecer, como eu penso, poderemos discutir as proposições finais. Si por ventura não prevalecer, ficará simplificada a nossa discussão. Entretanto, me parece que se o espírito da lei, fosse o que se propoz aqui, o legislador (Câmara e Senado) o teria aceito. E se o legislador não teve este espírito, pelo menos não mostrou na sua discussão,

é porque a interpretação era a outra. Então eu peço a casa uma nova manifestação a respeito e ao próprio senhor Presidente uma contribuição neste sentido para podermos elucidar este assunto tão rapidamente quanto possível.

DR. ROMULO ALMEIDA — O Sr. pode contar com toda simpatia de minha parte. Cumpre-me, porém, prestar vários esclarecimentos. Em primeiro lugar, no momento estou no Nordeste, presidindo o Banco do Nordeste do Brasil que está começando a operar e não posso ficar no Rio de Janeiro. Sempre que vou ao Rio de Janeiro fazer qualquer coisa relativa ao Banco, sou imediatamente criticado, pois os jornais estão preocupados em achar pretextos para críticas. Nessa altura devem estar criticando que eu estou aqui (risos). Como aliás, se fosse possível fazer qualquer coisa pelo Brasil, sem ir ao Rio de Janeiro, arrancar do Rio de Janeiro... Mas em segundo lugar é o seguinte: muitas vezes foi me atribuído aqui a autoria desses projetos, é um ponto que eu faço questão de deixar bem claro. Eu teria uma grande honra nisto, seria para mim um título, mas este título seria injusto. Eu apenas era chefe da assessoria econômica da Presidência da República, chefia esta que hoje é ocupada pelo meu antigo assistente e uma das pessoas mais categorizadas desta geração em problemas econômicos e é um verdadeiro boêmio cívico. É um homem que vive pelos interesses públicos, o Dr. Jesus Soares Pereira, despreocupado inteiramente de aparecer. Mas é preciso notar que este projeto foi feito por um time, porque nós sempre trabalhamos em time, e ouvindo a quem podíamos ouvir. De maneira que é na medida do possível o produto de um consenso de opiniões técnicas. Com estas ressalvas, prometo levar aos meus companheiros da assessoria todos os elementos de informação e de esclarecimento, no sentido de que eles encaminhem desde já, na sua assistência ao Congresso, se fôr o caso; ou então os aproveite nos estudos para a regulamentação adequada da aplicação da lei sobre o Fundo Nacional de Eletrificação, sobretudo naquele ponto que é um ponto importante.

DR. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Tem a palavra o Dr. Haenel.

ENG. JOÃO GUSTAVO HAENEL — Eu queria apenas lembrar que a preocupação do Dr. Anawate não precisa ser tão grande, porque a redação da lei não veda a interpretação seccional como que eu chamo, apenas pode ser que indique que não seja esta a interpretação desejada, mas não impede que seja a outra. Se não me engano, que o regulamento pode perfeitamente ter a interpretação seccional. Lembro o exemplo da lei do câmbio livre, a lei falava que toda importação era feita no mercado de taxa oficial e as exceções seriam dadas pelo mercado de taxa livre, quando a regulamentação diz exatamente ao contrário. Ela fez exceções pelo mercado de taxa oficial e todo o resto no mercado de taxa livre. Quer dizer, ali houve até uma oposição

a letra da lei. Nesse caso não haveria nem oposição a letra da lei, seria simplesmente uma interpretação da lei, talvez não fôsse exatamente votada pelo Congresso, mas não seria ao contrário. De modo que eu penso que a regulamentação conforme o Dr. Romulo disse é perfeitamente possível. Eu não vejo nenhuma dificuldade nesta interpretação.

ENG. ROBERTO JAFFET — Confirmando ainda mais as palavras do engenheiro Haenel e para de uma vez tirar as dúvidas de nosso conferencista, me parece que o Dr. Romulo de Almeida esclarece muito bem de que o plano de Eletrificação visava naturalmente abaixar o custo de energia e mais ainda facilitar as grandes concentrações industriais, produzindo energia em massa, onde houvesse necessidade dela. Nesse caso, si fossemos interpretar que esta emenda não foi aprovada devido que o espírito da lei não era bem êste então isto viria fraccionar a integração industrial, o que viria redundar num completo fracasso do plano em sí. Um exemplo típico seria, para se obter um custo menor de energia, pôr um forno elétrico de redução em Minas Gerais. Um forno de refino numa cidade de São Paulo, e a laminação em outra cidade. A mesma emprêsa com 3 fábricas.

DR. LUIZ VILLARES — Ou do outro lado da rua.

ENG. ROBERTO JAFFET — Ou do outro lado da rua, como diz bem o Dr. Luiz Villares. De maneira que eu vejo como o Plano poderá fugir e considerar êstes custos em separado. Era o que eu queria esclarecer.

ENG. HENRIQUE ANAWATE — Eu continuo discordando, porque a mesma emprêsa pode ter a fábrica de outro lado da rua e ser a mesma emprêsa. O custo final do produto é o mesmo, é daquela fábrica com duas metades, uma do lado de cá e outra do lado de lá, uma em Minas e outra em São Paulo. A importância é saber exatamente qual é a interpretação exata dessa lei e as consequências futuras que de uma e de outra pode decorrer, é somente isso. Agora podemos fazer um ato de fé, acreditar na interpretação dessa lei como se propõem, então nós vamos reestudar o assunto para ver quais são os perigos que podem decorrer e que cuidados devemos ter na nova interpretação. Nesse ponto eu abro mão da insistência. O que nos interessa é saber até como essa lei que está sendo discutida e que vai ser aplicada poderá ser prejudicial ou não às indústrias de base. Êsse é que é o aspecto importante. Agora, temos fé, no nosso Presidente e acreditamos que êle, quando se legislar a respeito, influirá para que a interpretação seja outra, e nós vamos depois estudar os resultados. Nesse caso eu confesso, as medidas finais pleiteadas devem ser refeitas. Em vista disto eu não insistirei nestas discussões. Entretanto, ainda para encaminhar as discussões finais eu consultaria a casa sôbre uma ponderação que foi feita da verba de 1 milhão e 500 milhões de cruzeiros que foram aprovados pelo Senado, para que fôsse utili-

zado pelo Poder Executivo assim que fôsse aprovado o P.N.E. na conclusão final de minha exposição dizia o seguinte: considerando que foi aprovado pelo Senado, autorização ao Governo Federal, de efetuar ainda êste ano operação de crédito até 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros por conta dos recolhimentos, seria oportuno liberar tão cedo quanto possível tal verba e utilizá-las em financiamentos das obras particulares e Estaduais que estão em fase de execução. Seria uma forma brilhante do Governo colaborar para apressar a solução efetiva desse problema. Por outro lado uma vez aprovado, temos que concluir que não é imediatamente que se gasta 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros e uma das formas que se sugere é que o Governo ative as obras estaduais do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, do Espírito Santo, Paraná, etc., para que estas obras tenham um andamento mais rápido e mais preciso dentro dos interesses comuns. Esta é uma sugestão de bastante ordem prática, depende apenas dos aspectos legais. Por fim, muitas observações que o nosso Presidente fez a propósito de minha palestra, eu gostaria de comentar a propósito, mas vou deixar para apresentá-las por escrito para não prolongar os debates da noite, pois são quasi 2 horas da madrugada.

ENG. C. ENGEL — O Dr. Romulo disse que não há nesse país quem consiga verificar a escrita da Light. Então eu perguntaria o seguinte: se nos termos das leis existentes e do contrato que se tem com a Light se isto não é possível. Segundo lugar, se de 10-11-37 a 29-10-45 também não foi possível verificar a escrita da Light? (risos)

DR. ROMULO ALMEIDA — Essa pergunta eu peço licença para não responder, porque realmente admiro muito a Light e considero a Light um grande serviço de assistência técnica prestado ao País. E' a maior missão de assistência técnica que o Brasil já recebeu, e ainda hoje precisamos dela. Ainda hoje, não podemos desprezar a colaboração da Light. Agora, a gente no calor dos debates, muitas vezes para esclarecer determinados pontos, tem-se que dizer realmente o que é verdadeiro, embora não seja agradável. E' uma questão de condições de ordem muito geral que não se pode debater aqui. E' um problema difícil de a gente debater. Todo mundo sente o porque.

ENG. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Senhor Presidente, eu vou dar por encerrado os debates, mesmo existindo muita coisa que muita gente quisesse debater.

Eu passo a palavra para que V.Excia. encerre a sessão.

DR. ROMULO ALMEIDA — Está encerrada a sessão. (palmas)

## COMENTÁRIO ESCRITO DO DR. MIGUEL C. DIAS

Após a conferência do Eng. Henrique Anawate, sôbre a Eletrobrás e o Fundo de eletrificação, procuramos verificar alguns números que tinham sido motivo de debate naquela reunião, principalmente entre o signatário desta, o Dr. Romulo de Almeida, o Eng. Dagoberto Sales e o Eng. Catullo Branco. Constatamos então que realmente havíamos laborado em êrro, quando afirmamos que as instalações hidrelétricas representavam apenas 10 % da capacidade instalada nos EE.UU.

Havíamos usado por engano um número apontado pelo Eng. Glycon de Paiva, no seu estudo «Planificação dos espaços de ocupação industrial no Brasil», que, citando a «Economic Geography, de Carter e Dodge, referiu-se à tôda energía utilizada naquele país e não à energía distribuida sob forma de eletricidade. Nêsse quadro, realmente a energía hidráulica figura com apenas 7.40 % em 1939. Acreditamos que a percentagem permaneça a mesma, porque aí estão computadas todas as formas de aplicação de energía.

Entretanto, procurando examinar o assunto, verificamos no número 168 dos «Quaderni di Studi e Notizie» da Giunta Técnica da Società Edison, de Milano, de 1.º de abril de 1954, página 255, um relatório sôbre a indústria elétrica nos EE.UU., no ano de 1953, onde há dados bastante interessantes sôbre o assunto discutido naquela movimentada reunião.

Assim, vimos que as emprêsas eletro-comerciais produziram cêrca de 86 % do total da energía elétrica dos EE.UU., naquele ano.

As centrais elétricas das emprêsas eletro-comerciais privadas, totalizavam em fins de 1953, mais ou menos 77,7 % da potência instalada em todas as centrais das emprêsas eletro-comerciais, e o restante aparecia assim sub-dividido entre as outras organizações de produção: Propriedades do govêrno federal, 12,4 % — propriedades municipais, distritais e dos estados, 9,2 % e cooperativas, 0,7 %. A mesma proporção verificou-se ainda nas usinas geradoras de energía elétrica, entradas em exercício durante aquele ano. A potência instalada nas centrais das emprêsas eletro-comerciais, atingia a 90.900.000 KW, dos quais 20.805.000 KW correspondentes a 24 % nas centrais hidroelétricas e .... 69.095.000, ou seja, 76 %, nas termo-elétricas.

Havia ainda um dado interessante, que era o relativo à percentagem da produção termo-elétrica que atingia um total de 336.959 milhões KWH, dos quais, 220 bilhões KWH, foram